

Conselho Pedagógico

Ata nº 37

Ao sétimo dia do mês de março de dois mil e dezassete, reuniu-se o Conselho Pedagógico da Escola Superior de Comunicação Social, na sala 4G4 às 17.00.

A reunião foi convocada pela Presidente do Conselho Pedagógico com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em Storytelling
3. Calendário de Exames da Pós-Graduação em Storytelling
4. Relatório da Qualidade 2015-16 – componente Ensino e Aprendizagem
5. Balanço do 1º semestre 2016-17
6. Assuntos supervenientes

À reunião estiveram presentes: Ana Cláudia Ameixa; Ana Raposo; Carla Medeiros; Catarina Alves; Fernanda Bonacho; Filipa Subtil; Inês Mestre; Inês Veiga; João Abreu; João Carmo; João Rosário; João Tomé; João Viegas; Jorge Veríssimo; José Justo; Maria José Mata; Maria João Centeno; Ricardo Rodrigues; Rosário Correia e Sebastião Sabino.

Não estiveram presentes os conselheiros: Daniel Silva; Filipe Montargil; Marta Neiva e Pedro Sepúlveda que justificaram a sua ausência.

Ponto 1

Informações

A Presidente começou por dar as boas vindas aos novos conselheiros, representantes do corpo discente, e fez votos de um ótimo mandato.

A Presidente informou o Conselho que tinha sido decidido em reunião do Conselho Técnico Científico de 19/10/2016 que, excecionalmente no presente ano letivo (2016-17), os alunos do anterior plano de estudos com 180 ECTS concluídos, e sem a aprovação no requisito de Inglês, podem solicitar o reingresso nesse plano de estudos e tentar a aprovação no requisito para concluir a licenciatura.

Informou igualmente que as presidências do IPL e da Escola tomaram a decisão de, a partir do dia 1 de abril, passar a usar exclusivamente o email institucional para contactar toda a comunidade escolar.

Terminou referindo que os quatro projetos propostos por docentes da ESCS ao Concurso Anual para Projetos de Investigação, Desenvolvimento, Inovação e Criação Artística (IDI&CA) do IPL – 2016 (“A Comunicação em OCS: do Conhecimento ao Reconhecimento”, “One More Place?: Aplicação Móvel para a Visita e Exploração da Paisagem”, “Representações de Países Lusófonos nos Media Portugueses” e “Arquivo de Memória Oral das Profissões da Comunicação”) foram aprovados.

O conselheiro Jorge Veríssimo informou que, também em reunião do Conselho Técnico Científico, foi aprovado excecionalmente que três alunos, dois do curso de Relações Públicas e Comunicação Empresarial e um do curso de Publicidade e Marketing, embora tivessem ultrapassado o número de ECTS previstos numa das áreas científicas das uc opcionais, concluíram, no ano letivo 2015/2016, o curso. No presente ano letivo (2016-17), os alunos, inscritos em unidades curriculares excedentes, já foram informados desta situação e têm de optar por outra unidade curricular ou não serão licenciados.

Referiu que a reunião do Conselho Geral do IPL vai ser realizada nas instalações da ESCS no próximo dia 13, por solicitação do IPL.

Está a ser preparada a colocação de uma campanha publicitária na empena do edifício da ESCS. Como aconteceu em situações anteriores, este é um dos modos que a ESCS tem de obter receitas adicionais às auferidas no Orçamento do Estado e nas propinas. A verba resultante será aplicada em obras de beneficiação do edifício, nomeadamente na reparação dos problemas de infiltração nos pisos do edifício administrativo (paredes e janelas) e do piso -1 (junto aos Laboratórios de Informática 1 e 2).

Informou que vai haver um reforço financeiro, por parte do IPL, uma vez que a direção considera que a escola está suborçamentada. Esta verba vai ser usada exclusivamente para atualizar a infraestrutura tecnológica do estúdio virtual e dotar de novo equipamento o Laboratório Multimédia IV, porque foi essa a condição do IPL para libertar a verba.

Informou igualmente que a direção, em conjunto com o Conselho Pedagógico, está a trabalhar numa nova estrutura para o calendário escolar do próximo ano letivo que será apresentada em futura reunião.

O conselheiro Jorge Veríssimo terminou informando que a plataforma Moodle está implementada. Foi enviado, aos membros dos corpos docente e discente, um manual de funcionamento da plataforma que ajuda na orientação das tarefas a realizar. Compete a todos começar a utilizá-lo.

Ponto 2

Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em Storytelling

A Presidente informou o Conselho que tinha convidado a professora Ana Varela para apresentar a proposta de Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-graduação em Storytelling.

A professora Ana Varela apresentou a proposta de Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em Storytelling (anexo 1), afirmando que a diferença entre o regulamento proposto e os já existentes na escola tem a ver com o facto de o curso ter uma organização diferente de todos os outros oferecidos pela ESCS, nomeadamente em termos de duração, 20 semanas e número de ECTS, 40; tendo sido necessário alterar o regulamento atendendo a esta especificidade.

A proposta de Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em Storytelling foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

Ponto 3

Calendário de Exames da Pós-Graduação em Storytelling

Relativamente ao Calendário de Exames, a Presidente passou a palavra à professora Ana Varela que apresentou a proposta de Calendário de Exames da Pós-Graduação em Storytelling para o ano letivo 2016-17 (anexo 2). A proposta foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

A Presidente agradeceu a presença da Professora Ana Varela que entretanto saiu da reunião.

Ponto 4

Relatório da Qualidade 2015-16 – componente Ensino e Aprendizagem

A Presidente informou o Conselho que tinha convidado a professora Zélia Santos do Gabinete de Apoio à Qualidade. Começou por referir que o documento disponibilizado relativo à proposta da componente de Ensino e Aprendizagem do Relatório da Qualidade do ano letivo 2015-2016 (anexo 3) apresenta o índice mais alargado do que a parte que é alvo de discussão neste órgão. O índice diz respeito ao relatório final da escola, ao Conselho Pedagógico compete discutir e aprovar a componente de Ensino e Aprendizagem. O relatório final vai ser apresentado nas próximas Jornadas Pedagógicas a realizar em abril.

Referiu igualmente que os coordenadores de curso já tinham sido auscultados sobre o documento e alguns manifestaram a preocupação em que sejam definidos critérios tão objetivos quanto possível para a identificação de situações relevantes positivas e/ou negativas no funcionamento das uc. Este aspeto vai ser discutido, brevemente, no âmbito do trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Gestão da Qualidade do IPL (GGQ-IPL).

A professora Zélia Santos começou por referir que o relatório resulta de vários procedimentos, nomeadamente questionários semestrais aos alunos sobre as uc, sendo que o questionário do 2º semestre avalia também a escola e os cursos, questionários aos docentes em que avaliam também a escola e o curso, as reuniões das Comissões Pedagógicas dos cursos onde é desenvolvida uma avaliação qualitativa, questionários aos colaboradores não docentes, aos diplomados, empregadores e novos alunos. Os questionários relativos ao 1º semestre deste ano letivo vão ser lançados a partir de dia 13 de março e numa nova plataforma, o Comquest que associa aluno, unidade curricular e docente.

O conselheiro Sebastião Sabino questionou se seria necessário envolver mais os alunos neste processo.

A professora Zélia Santos referiu que a taxa de resposta no 1º semestre é sempre mais elevada do que a do 2º semestre, na medida em que, no 1º semestre, os questionários são respondidos em sala de aula; o envolvimento da Associação de Estudantes é sempre bem-vindo.

O conselheiro Jorge Veríssimo referiu que tem noção de que com a introdução da obrigatoriedade do uso do email institucional, a taxa de resposta vai diminuir. Referiu igualmente que o envolvimento de toda a comunidade escolar neste processo é fundamental atendendo também ao

facto de ser um aspeto fundamental de avaliação dos cursos da ESCS no âmbito da acreditação dos cursos pela A3Es.

O conselheiro Ricardo Rodrigues referiu, relativamente à questão do email institucional, que poderia ser enviado aos alunos um tutorial sobre como ligar o email institucional ao pessoal.

O conselheiro João Carmo sugeriu que se associasse o questionário à conta do aluno no Portal IPL, bloqueando o acesso às notas enquanto não fosse preenchido o questionário.

A Presidente referiu que acredita que é importante motivar os alunos e sensibilizá-los a participar em todo este processo, agradecendo a disponibilidade da Associação de Estudantes em se juntar a este processo.

O conselheiro José Justo sugeriu que, na questão relativa ao email institucional, é importante que, no início do 1º semestre, um dos docentes que leccione num dos Laboratórios Multimédia ensine e ajude os alunos a realizar o reencaminhamento de emails institucionais para o email pessoal.

O conselheiro João Tomé sugeriu que se afixassem cartazes nos placards da escola a informar que os questionários estão disponíveis.

O conselheiro Sebastião Sabino informou que a Associação de Estudantes pode inserir um aviso no seu plano de comunicação, em formato cartaz, a apelar ao preenchimento dos questionários.

O conselheiro João Carmo sugeriu que a informação fosse também divulgada nos grupos de Facebook da escola.

A conselheira Ana Ameixa referiu que a plataforma Moodle vai facilitar todo este processo.

A professora Zélia Santos destacou o trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Apoio à Qualidade e por todos os atores envolvidos no processo, nomeadamente coordenadores de curso, professores, alunos e pessoal não docente.

O Relatório da Qualidade 2015-16 – componente Ensino e Aprendizagem foi colocado a votação e aprovado por unanimidade.

A Presidente agradeceu a presença da Professora Zélia Santos que entretanto saiu da reunião.

Ponto 5

Balanço do 1º semestre 2016-17

A Presidente informou que solicitou as sínteses das reuniões das Comissões Pedagógicas aos coordenadores dos cursos representados em Conselho Pedagógico e que todos enviaram, inclusivamente a coordenadora do curso de Pós-Graduação em Branding e Content Marketing, que apesar de não ter representantes no Conselho Pedagógico, considera-se importante integrar o balanço. Solicitou igualmente aos coordenadores de curso que informassem os representantes do corpo docente dos cursos sobre o conteúdo dessas sínteses.

Referiu que, com base nas sínteses, o semestre correu dentro da normalidade, na maior parte dos cursos não foram identificadas situações relevantes positivas ou negativas. Dessas sínteses interessa destacar que nem sempre o feedback por parte dos docentes aos momentos de avaliação realizados pelos alunos acontece ao longo do semestre, bem como existiram alguns atrasos no lançamento das avaliações finais.

A conselheira Inês Mestre, representante do curso de RPCE, referiu o facto de nas uc de Comunicação no Interesse Público e Novas Tendências em Comunicação Estratégica não ter sido disponibilizada a respetiva FUC e os alunos desconhecerem as notas dos vários momentos de

avaliação, bem como o peso que esses diferentes momentos tiveram na nota final. Referiu igualmente que sempre que há atrasos no lançamento das notas finais, os alunos não podem ser prejudicados em relação à realização do exame. Na uc de Marketing e Estudos de Mercado, o docente não deu feedback sobre os diferentes momentos de avaliação. Na uc de Direito da Comunicação, foi referido que um aluno terá pedido à docente para rever o teste, dessa reunião resultou a indicação de que seria melhor realizar melhoria de nota, no entanto, os prazos de inscrição nos exames de recurso já tinham terminado e a aluna decidiu formalizar o pedido de revisão do teste realizado; para seu espanto, quando recebe a cópia da prova, a correção era diferente da que tinha consultado inicialmente com a docente.

A Presidente referiu que ia verificar junto da responsável pela uc o que poderia ter acontecido.

O conselheiro Sebastião Sabino, representante do curso de AM, referiu que os colegas consideram que existem uc obrigatórias que não o deveriam ser.

O conselheiro Jorge Veríssimo reforçou que o processo que esteve na origem das reformulações dos cursos envolveu docentes, alunos e entidades externas.

O conselheiro Sebastião Sabino referiu ainda que os alunos não entendem a obrigatoriedade de usar determinados softwares e não outros, nomeadamente a obrigatoriedade de usar o AVID e não o Premiere.

O conselheiro João Abreu referiu que quando o aluno se inscreve no curso, o plano de estudos é do seu conhecimento. Frisou a autonomia pedagógica e científica que assiste aos docentes do curso. Por outro lado, entende que, relativamente aos softwares, a autonomia do aluno, no sentido de capacidade de trabalhar fora da escola, é uma questão relevante, pelo que será pertinente sensibilizar os responsáveis das uc para que tenham em conta esse facto na escolha dos softwares a utilizar.

O conselheiro Sebastião Sabino referiu que o docente da uc de Direito da Comunicação faltou a algumas aulas e o lançamento das notas finais não cumpriu o prazo estipulado de três dias úteis antes da data do exame.

O conselheiro Jorge Veríssimo referiu que o docente confundiu a indicação de dias úteis com dias consecutivos e que tem vindo a ser pensada a possibilidade de as inscrições nos exames poderem ser realizadas online ou então haver uma inscrição automática, validada mediante pagamento. A questão que ainda não está totalmente ultrapassada é a dos prazos, porque tem de se atender ao prazo que decorre entre o pagamento e a transferência.

A conselheira Ana Ameixa, representante do mestrado em AM, referiu que, relativamente ao calendário escolar, o facto de não poderem ser realizados momentos de avaliação nas últimas semanas deveria ser repensado. Frisou igualmente o facto de em algumas uc só terem acesso à nota final e não terem qualquer feedback dos trabalhos realizados. Destacou a iniciativa do Pitch Boocamp realizada nos dias 24 e 25 de fevereiro e deixou a sugestão de que as casas de banho fossem melhoradas.

O conselheiro Jorge Veríssimo referiu que o edifício da escola foi projetado para 800 alunos, neste momento frequentam a escola 1575 alunos. Além disso, tem vindo a ser reduzido o pessoal da limpeza e da segurança.

O conselheiro José Justo, representante do curso de PM, referiu a diferença de funcionamento entre as uc de Ateliê de Investigação Aplicado à Publicidade e ao Marketing. No segundo caso, são os alunos que procuram a empresa junto da qual devem recolher informação e estão condicionados ao que conseguem, sendo que há muita informação que as empresas não

disponibilizam. A maior parte dos trabalhos é realizada sobre o setor automóvel ou imprensa. Em 9 grupos, apenas 2 realizaram o trabalho em outras áreas. Os alunos sugerem que, tal como acontece na uc de Ateliê de Investigação Aplicado à Publicidade, fossem as empresas a entregar a informação aos alunos.

O conselheiro João Rosário referiu que o projeto na vertente marketing é menos “realista” do que o projeto na vertente publicidade, dado que organizações reais podem pedir aos alunos de publicidade uma campanha de publicidade real, mas nunca pedirão aos alunos de marketing um plano de marketing, mesmo quando cedem dados para os alunos poderem criar um apenas para efeitos académicos.

O conselheiro José Justo referiu que, na uc de Distribuição e Vendas, a calendarização prevista para as apresentações orais dos trabalhos foi largamente ultrapassada, o que se refletiu no reduzido número de aulas para expor a restante matéria. Os testes foram realizados essencialmente a partir dos powerpoints disponibilizados e muita matéria não foi abordada em sala de aula.

A Presidente referiu que as situações identificadas devem ser, em primeiro lugar, apresentadas ao docente que leciona, não sendo possível ultrapassar as questões, entrar em contacto com as coordenações do curso e se mesmo assim não for possível resolver, entrar em contacto com este órgão. A primeira instância passa sempre pela tentativa de diálogo com o responsável da uc.

O conselheiro José Justo referiu que a uc opcional de Web 2.0 Marketing é uma réplica da uc de Marketing Digital do 2º semestre. Relativamente aos alunos do curso em regime pós laboral, foram referidas as diferenças em termos de recursos, funcionamento do bar, disponibilidade de horário de atendimento por parte dos docentes. Foi referido igualmente que esses alunos manifestaram o desejo de que as uc opcionais não tivessem de ser escolhidas em função do horário.

O conselheiro João Tomé, representante do curso de Jornalismo, referiu que o facto de, em algumas uc, as notas dos diferentes momentos de avaliação não serem discriminadas é prejudicial principalmente porque ficam sem saber em que é que erraram.

O conselheiro João Carmo, representante do curso de Jornalismo, começou por felicitar a escola pelo novo método de eleger os representantes dos cursos no Conselho Pedagógico. Referiu igualmente que o documento que foi apresentado em reunião da Comissão Pedagógica do curso resultou de um esforço conjunto dos alunos do curso. Relativamente à viagem a Bruxelas para conhecer a sede da Comissão Europeia e o Parlamento Europeu (outubro de 2016), o conselheiro referiu que, de futuro, seria importante definir critérios de seleção de quais os alunos a participar. A conselheira Fernanda Bonacho referiu que o critério usado, ordem de chegada das manifestações de interesse, decorreu do momento em que se realizou a seleção (período imediatamente anterior às férias de verão).

A conselheira Maria José Mata lamentou o facto de o representante do corpo discente do curso de mestrado em Jornalismo não ter comparecido à reunião.

A conselheira Inês Veiga, representante do curso de Mestrado em GERP, referiu o facto de na turma de 1º ano existirem 3 escsianos e todos os restantes membros terem realizado a licenciatura fora da ESCS. As queixas têm a ver com o facto de a maior parte das uc não acrescentar muito a quem vem da área e considerarem que o curso tem uma componente teórica excessiva. A conselheira levantou a questão de se identificar claramente a quem se dirige o

mestrado, na medida em que sente que as expectativas da maior parte dos alunos estão defraudadas e isso é um risco para a escola.

A conselheira Maria José Mata referiu que, no mestrado de Jornalismo, também sente que os alunos por vezes vêm à espera de conseguir a formação prática que não tiveram na licenciatura e esquecem-se que o curso está direcionado para uma vertente de investigação.

Ponto 6

Assuntos supervenientes

A conselheira Catarina Alves referiu que existe uma diferença entre o estatuto de dirigente associativo e o de trabalhador estudante no que diz respeito à frequência de um número mínimo de aulas nas uc.

A Presidente referiu que a versão do Regulamento de Frequência e Avaliação consultado pela conselheira está desatualizado. Referiu que na versão atual (p. 23 a 37 do Guia 2016-17), sempre que uma uc está em avaliação contínua, o aproveitamento escolar está dependente da frequência de um número mínimo de aulas.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a reunião.

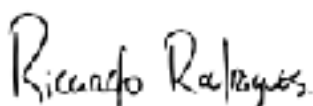
Lisboa, 7 de março de 2017

A PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO



(Maria João Centeno)

O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO



(Ricardo Pereira Rodrigues)

Anexo 1

Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em Storytelling

Preâmbulo

O Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em Storytelling foi aprovado em reunião de Conselho Pedagógico de xx de xxxxx de 2017, e ratificado em reunião do Conselho Técnico-Científico de xx de xxxxxx de 2017.

Artigo 1.º

Objeto

1. A Escola Superior de Comunicação Social (ESCS) inclui, na sua oferta educativa, uma Pós-Graduação em Storytelling, em estreita parceria e articulação com a SP Televisão.
2. O curso de Pós-Graduação foi criado para responder às necessidades de conhecimentos e aquisição de competências que acompanham a evolução de estratégias e práticas de comunicação centradas na produção de conteúdos e na multiplicidade de canais de comunicação emergentes.

Artigo 2.º

Destinatários

A Pós-Graduação em Storytelling destina-se a diplomados ou profissionais nas áreas da comunicação.

Artigo 3.º

Objetivos do curso

O curso de Pós-Graduação em Storytelling tem como objetivos:

- a) Aquisição de conhecimentos e competências na produção de narrativas lineares e não lineares para diferentes plataformas;
- b) Aquisição de conhecimentos e competências de análise crítica de um projeto, nas suas diversas componentes e estratégias narrativas;
- c) Aquisição de conhecimentos e competências na produção de conteúdos de ficção para diferentes géneros e formatos;
- d) Desenvolvimento de competências criativas de conceção, planeamento, escrita, estruturação e organização de um guião de storytelling.

Artigo 4.º
Área científica

O curso de Pós-Graduação em Storytelling está inserido na área científica de Estudos em Audiovisual e Multimédia.

Artigo 5.º
Duração do curso

O curso tem a duração de seis meses, correspondente a 40 ECTS (quarenta ECTS).

Artigo 6.º
Regras sobre a admissão à Pós-Graduação

São admitidos à candidatura no Curso de Pós-Graduação em Storytelling os candidatos que:

- a) Sejam titulares de um grau académico de nível superior na área da comunicação ou;
- b) Sejam detentores de um currículo científico ou profissional adequado à realização desta Pós-Graduação.

Artigo 7.º
Candidatura

A candidatura será efetuada através da plataforma online disponível no sítio da internet da ESCS, a que os candidatos juntarão certificado de habilitações com a estrutura curricular, certificado com a média final de licenciatura, Curriculum Vitae detalhado e documento de identificação.

Artigo 8.º
Critérios de seleção

1. Os candidatos que reúnam as condições expressas no Artigo 6.º do presente Regulamento serão selecionados e seriados tendo em atenção os seguintes critérios:

1.1. Curriculum

- a) Académico;
- b) Científico;
- c) Profissional.

1.2. Formação Académica

- a) Nota de licenciatura;
- b) Outras formações;
- c) Adequação da formação à área da Pós-Graduação

2. Os critérios definidos em 1.1 e em 1.2 são sempre obrigatórios.

3. No caso em que seja definido em edital de abertura de concurso a seriação de candidatos com base apenas nos critérios definidos em 1.1. e 1.2 do número anterior, as ponderações serão de 50% para cada critério.
4. O processo de seleção pode ser repartido por até três fases aprovadas anualmente, de acordo com o calendário escolar, cabendo a cada júri a definição do número de vagas para cada fase dentro do total aprovado.

Artigo 9.º

Vagas e prazos

O número de vagas e os prazos de candidatura à Pós-Graduação serão fixados anualmente pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS, sob proposta do Presidente da ESCS.

Artigo 10.º

Condições de funcionamento

A ESCS assegura as condições necessárias e suficientes para o funcionamento do programa de estudos da Pós-Graduação em Storytelling, nomeadamente:

- a) Um projeto educativo, científico e cultural próprio, adequado aos objetivos fixados;
- b) Um corpo docente próprio, adequado em número e constituído, na sua maioria, por titulares do grau de doutor ou especialistas de reconhecida experiência e competência profissional nas áreas científicas integrantes da Pós-Graduação;
- c) O desenvolvimento de atividade reconhecida de formação e investigação ou do desenvolvimento de atividade de natureza profissional de alto nível;
- d) Recursos humanos e materiais indispensáveis para garantir o nível e a qualidade da formação, designadamente espaços letivos, equipamentos tecnológicos, biblioteca e laboratórios adequados.

Artigo 11.º

Frequência e propinas

1. A frequência do curso depende de matrícula a realizar em impressos fornecidos pela Escola ou através do Portal do IPL.
2. A frequência das aulas das diferentes unidades curriculares (UC) do curso depende da inscrição nessas unidades curriculares, obrigatoriamente realizada em simultâneo com a matrícula.
3. Da candidatura é devido emolumento, previsto na Tabela de Emolumentos do IPL em vigor. As taxas de matrícula e inscrição, bem como as propinas, são fixadas anualmente pelo Presidente e divulgadas no edital de abertura da Pós-Graduação.
4. O aluno pode, a título excecional e devidamente justificado, requerer a suspensão da frequência do curso, retomando a frequência no ano letivo seguinte, desde que o curso de Pós-Graduação funcione.

5. A repetição da frequência de UC num ano letivo seguinte, com exceção do previsto na alínea anterior, implica o pagamento de uma propina proporcional ao número de ECTS dessas unidades curriculares.

Artigo 12.º

Funcionamento

1. O curso tem a duração de seis meses, comportando períodos de férias e momentos específicos de avaliação.
2. O curso é dividido em dois períodos letivos, cada um correspondendo a 10 (dez) semanas de aulas e outras atividades curriculares, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos por exame.
3. A cada tempo de contacto corresponde sempre um sumário, que será público.
4. As datas de início e fim dos períodos letivos, dos períodos de férias e dos momentos específicos de avaliação são fixados pelo Presidente, depois de ouvidos os Conselhos Pedagógico e Técnico-Científico, e constam do Calendário Escolar divulgado no início do ano letivo.
5. As datas de realização dos momentos específicos de avaliação são propostas pelo Conselho Pedagógico e homologadas e divulgadas pelo Presidente no primeiro trimestre do ano letivo.

Artigo 13.º

Estrutura curricular, plano de estudos e ECTS

1. O curso é constituído por dois períodos letivos conducentes à obtenção de 40 (quarenta) ECTS que conferem um Certificado de Pós-Graduação em Storytelling.
2. A estrutura do curso é composta por 6 (seis) unidades curriculares obrigatórias e 4 (quatro) opcionais.
3. A estrutura curricular do curso, em termos de ECTS por Área Científica, é a seguinte:

Área Científica	Sigla	ECTS	
		Obrigatórias	Optativas
Estudos em Audiovisual e Multimédia	EAM	25	0 a 7,5
Ciências da Comunicação	CC	5	0
Ciências Sociais	CS	0	0 a 2,5
Estudos em Publicidade e Marketing	EPM	0	0 a 5
TOTAL		30	10

Artigo 14.º

Avaliação

1. Só serão admitidos em exame os estudantes inscritos. Esta inscrição terá de ser efetuada até ao terceiro dia útil antes da(s) data(s) do(s) respetivo(s) exame(s). Para além disso, os estudantes deverão apresentar documento comprovativo da sua identificação no ato de realização da prova.
2. A avaliação de cada unidade curricular é expressa na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores.
3. Na avaliação são admitidos os seguintes regimes:
 - e) Avaliação contínua;
 - f) Avaliação periódica;
 - g) Avaliação por exame.
4. Em caso de avaliação inferior a 10 (dez) valores, o estudante só poderá inscrever-se ao exame de recurso.

Artigo 15.º

Avaliação contínua

1. Entende-se por avaliação contínua a avaliação constante, que resulta da interação permanente entre docentes e discentes.
2. No regime de avaliação contínua deverão ser explicitados na ficha de unidade curricular todos os critérios em que se fundamenta a apreciação do professor.
3. No regime de avaliação contínua deve existir pelo menos uma avaliação individual. O peso da avaliação individual não poderá ser inferior a 40%.
4. A classificação da avaliação contínua terá de ser lançada até 15 (quinze) dias após o último dia de aulas do período letivo.
5. Os estudantes com o Estatuto Trabalhador-Estudante que pretendam ser avaliados por exame na época normal, nas unidades curriculares em regime de avaliação contínua, deverão apresentar nos Serviços Académicos, até dois meses após o início das aulas, um requerimento a solicitar essa alteração. Deste modo, quem não o fizer será avaliado pelo regime de avaliação contínua, nos termos definidos na ficha de unidade curricular.
6. O número anterior aplica-se também aos estudantes com unidades curriculares em atraso que se sobreponham em horário com as unidades curriculares do ano em que estão matriculados.

Artigo 16.º

Avaliação periódica

1. Entende-se por avaliação periódica a avaliação que ocorre durante o período letivo em momentos pré-determinados pelo docente e explicitados no início do período.
2. A avaliação periódica pode traduzir-se em testes, trabalhos em grupo ou individuais, entre outros, de acordo com o estipulado na ficha de unidade curricular.
3. Deve existir pelo menos uma avaliação individual. O peso da avaliação individual não poderá ser inferior a 60%.

4. Na data marcada para o exame de época normal, pode ser realizado um teste. Neste caso, todos os outros momentos de avaliação terão de acontecer 15 (quinze) dias antes do final do período.
5. A classificação da avaliação periódica terá de ser lançada até 5 (cinco) dias úteis antes da data do exame da unidade curricular na época de recurso.
6. Os estudantes com o Estatuto Trabalhador-Estudante que pretendam ser avaliados por exame na época normal, nas unidades curriculares em regime de avaliação periódica, deverão apresentar nos Serviços Académicos, até dois meses após o início das aulas, um requerimento a solicitar essa alteração. Deste modo, quem não o fizer será avaliado pelo regime de avaliação periódica, nos termos definidos na ficha de unidade curricular.
7. O número anterior aplica-se aos estudantes com unidades curriculares em atraso que se sobreponham em horário com as unidades curriculares do ano em que estão matriculados.

Artigo 17.º **Avaliação por exame**

1. Entende-se por avaliação por exame a aplicação de exame final sobre os conteúdos programáticos de cada unidade curricular.
2. Será aprovado em exame final o estudante que obtenha nota igual ou superior a 10 (dez) valores.
3. No exame final existem as seguintes épocas: época normal, época de recurso, época especial de finalistas e época especial para trabalhadores-estudantes.
4. A classificação de cada exame de época normal terá de ser lançada até 6 (seis) dias úteis antes da data do mesmo exame na época de recurso.
5. A classificação de cada exame de época de recurso terá de ser lançada até ao máximo de 15 (quinze) dias após a realização do exame.
6. A classificação dos exames das épocas especial de finalistas e para trabalhadores-estudantes deverá ser lançada até ao início do ano letivo seguinte.
7. Têm acesso à época normal de exames:
 - a) os estudantes de unidades curriculares em regime de avaliação por exame;
 - b) os estudantes de unidades curriculares em regime de avaliação contínua ou avaliação periódica que, por razões justificadas previstas na lei ou definidas especificamente por disposições internas da ESCS, não tenham frequentado a unidade curricular nesse regime no respetivo período.
8. Têm acesso à época de recurso de exames os estudantes que:
 - a) não tenham obtido aprovação na unidade curricular nos termos dos artigos 15.º, 16.º e 17.º deste Regulamento;
 - b) pretendam efetuar melhoria de nota, independentemente do regime de avaliação da respetiva unidade curricular.
9. Os estudantes terão de se inscrever em cada exame até ao 3.º dia útil antes da data da sua realização.
10. Os estudantes não se poderão inscrever na época de recurso a um conjunto de unidades curriculares que totalize mais de 20 (vinte) ECTS.
11. Têm acesso à época especial os estudantes:

- c) com o Estatuto de Trabalhador-Estudante;
 - d) que no final da época de recurso tenham até 10 (dez) ECTS para concluir o curso.
12. Os estudantes terão de se inscrever em cada exame até ao 3.º dia útil antes da data da sua realização.
 13. O estudante que obtenha aprovação numa unidade curricular e deseje melhorar a sua classificação pode requerer novo exame, uma e uma só vez, até ao ano letivo seguinte. Este prazo caducará de imediato a partir do momento em que o estudante requeira o Certificado de Habilitações e/ou Certidão de Curso.
 14. Compete ao docente responsável por cada unidade curricular definir as formas de avaliação a utilizar, informando os estudantes a seu respeito no início do período, junto com a entrega da ficha da unidade curricular. Salvo em casos excecionais, mediante proposta apresentada ao Conselho Pedagógico e por este Órgão aprovada, não é permitida qualquer alteração nos critérios de avaliação após o início do período letivo.
 15. A prática por um estudante de qualquer irregularidade durante o processo de aprendizagem coletiva, em qualquer instrumento ou momento de avaliação, que permita a sua qualificação como fraude académica implicará a reprovação automática na unidade curricular em causa e poderá ser sujeito a penalizações adicionais. Estas penalizações terão como base o relatório do docente e serão discutidas no Conselho Pedagógico.
 16. As penalizações, para além da anulação dessa avaliação, poderão ser:
 - e) Advertência;
 - f) Suspensão temporária.
 17. A reincidência neste tipo de ações terá como consequência mínima a suspensão por um ano letivo, podendo mesmo resultar na expulsão do estudante.

Artigo 18.º

Consulta de provas escritas

1. Os estudantes têm o direito de consultar as suas provas até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação das notas no portal académico.
2. Em caso de consulta de provas, devem estar presentes os docentes envolvidos na correção das provas e os esclarecimentos serão dados explicitando a grelha de correção da prova.

Artigo 19.º

Revisão de provas escritas

1. Atendendo à natureza da avaliação contínua que pressupõe a interação permanente entre docentes e discentes, a revisão de provas aplicar-se-á apenas às provas de exame e provas escritas da avaliação periódica.
2. O pedido de revisão é efetuado nos Serviços Académicos, até 10 (dez) dias após a publicação da classificação, estando sujeito ao pagamento dos emolumentos previstos. Após o pedido será fornecida ao estudante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, cópia da prova de exame e respetivos critérios de correção, tendo este até 2 (dois) dias úteis para entregar a fundamentação do pedido de revisão de provas.

3. O pedido será enviado ao coordenador da secção (e, dado conhecimento ao docente responsável da unidade curricular) onde se insere a unidade curricular, que providenciará um outro docente, que não o responsável pela correção, para que se pronuncie por escrito sobre o pedido no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis. São liminarmente indeferidos os pedidos de revisão de provas de exames cuja fundamentação não incida nos critérios de correção.
4. O resultado da revisão de provas de exames será formalmente comunicado pelos Serviços Académicos ao estudante, coordenador de curso e professor responsável da unidade curricular no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, dando a conhecer todos os elementos do processo.
5. Uma vez concluído o processo, o professor responsável da unidade curricular informará por escrito os Serviços Académicos da eventual necessidade de corrigir a pauta de classificações. Desta correção não poderá resultar a descida de uma classificação superior a 10 (dez) para uma inferior a este valor.
6. Caso o desfecho do processo de revisão prove ser válida a pretensão do estudante, haverá lugar à devolução do emolumento pago inicialmente.
7. Os prazos referidos neste artigo são contados apenas dentro dos períodos letivos ou de avaliação.

Artigo 20.º

Recurso da revisão de provas escritas

1. O recurso da revisão, devidamente fundamentado, deverá ser requerido ao Presidente do Conselho Pedagógico, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis a contar da data em que o resultado da revisão de provas foi conhecido, que apreciará a sua admissibilidade.
2. Existindo no recurso matéria científica para a qual se considere necessária a emissão de um parecer especializado, deverá o Conselho Pedagógico requerer a constituição de um júri para esse efeito, do qual não poderão fazer parte os docentes envolvidos na lecionação da unidade curricular ou na revisão da nota.
3. O teor da decisão final deve ser transmitido ao coordenador de curso, ao responsável da unidade curricular e ao recorrente, bem como aos Serviços Académicos, para eventual correção da pauta de classificações.

Artigo 21.º

Trabalhador-Estudante

1. Ao abrigo da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Lei que aprovou o Código do Trabalho), regulamentada pela Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro, o presente artigo aplica-se aos estudantes:
 - a) Trabalhadores por conta de outrem em organismo público ou privado, independentemente do vínculo laboral;
 - b) Trabalhadores por conta própria;
 - c) Que frequentem cursos de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens, desde que com duração igual ou superior a 6 (seis) meses.
2. O Estatuto do Trabalhador-Estudante pode ser requerido até dois meses após o início das aulas, sendo válido apenas para o ano letivo em questão. O requerimento deve ser

acompanhado da prova da condição de trabalhador-estudante nos termos dos números seguintes.

3. A prova da condição de trabalhador far-se-á mediante a entrega dos seguintes documentos:

3.1. Se trabalhador por conta de outrem no setor privado:

- a) Documento da Segurança Social, comprovativo da inscrição como beneficiário e da efetivação de descontos. Se o estudante, à data de requerimento do estatuto, só possuir ainda o documento de inscrição na Segurança Social, o estatuto só será atribuído para esse período letivo, pelo que o estudante deverá requerer novamente o estatuto, e apresentar toda a documentação, no período letivo seguinte;
- b) Cópia do Contrato de trabalho ou Declaração emitida pela respetiva entidade patronal.
- c) O contrato ou a declaração referidos na alínea b) podem ser dispensados se o documento referido na alínea a) comprovar a efetivação dos descontos até ao terceiro mês anterior àquele em que o estatuto é requerido.

3.2. Se funcionário, agente ou com contrato individual de trabalho, do Estado ou de outra entidade pública:

- a) Declaração do respetivo serviço, devidamente autenticada com selo branco, subscrita pelo dirigente máximo do serviço ou responsável pelo respetivo departamento de recursos humanos.

3.3. Se trabalhador por conta própria:

- a) Declaração de IRS do ano anterior ou declaração de início de atividade;
- b) Documento da Segurança Social comprovativo da inscrição como beneficiário e da efetivação de descontos até ao terceiro mês anterior àquele em que o estatuto é requerido ou da respetiva isenção.

3.4. Se frequenta curso de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens:

- a) Documento comprovativo que explicita uma duração mínima de 6 meses, com indicação do início e duração da atividade e do registo de acreditação da formação ou programa de ocupação temporária de jovens, passado por entidade autorizada a desenvolver o respetivo curso ou programa.

4. Os documentos mencionados nos números 3.1, 3.2 e 3.3 devem ter data igual ou inferior a 30 dias.

5. Serão liminarmente indeferidos os requerimentos que:

- a) Sejam apresentados fora do prazo previsto nos números anteriores;
- b) Não sejam acompanhados dos documentos previstos no n.º 3.

6. O trabalhador-estudante não está sujeito:

- a) À frequência de um número mínimo de unidades curriculares, e respetivos ECTS, em cada ano letivo;
- b) Ao regime de prescrição;

- c) Às disposições legais que façam depender o aproveitamento escolar da frequência de um número mínimo de aulas por unidade curricular, exceto os que optarem pela avaliação contínua;
 - d) Normas que limitem o número de exames a realizar nas épocas de recurso e especial.
7. Os estudantes com estatuto de trabalhador-estudante que se mantiverem na avaliação contínua ou periódica ficam sujeitos às normas definidas nessas unidades curriculares.
 8. Aplicam-se aos trabalhadores-estudantes todas as demais normas de avaliação e as condições de acesso a exame final, fixadas para os estudantes ordinários.
 9. Nos casos das unidades curriculares que se revistam de carácter de exercício coletivo, transpondo para o processo de aprendizagem a situação do exercício profissional, e em que o desempenho de cada indivíduo condiciona o desempenho do grupo, a aprovação na unidade curricular está condicionada ao cumprimento do programa nas sucessivas etapas previstas.
 10. O trabalhador-estudante não está sujeito a normas que limitem o número de exames a realizar nas épocas de recurso e especial.
 11. As unidades curriculares com horário pós-laboral devem assegurar que os exames e as provas de avaliação, bem como os serviços mínimos de apoio ao trabalhador-estudante, decorram também no horário pós-laboral, na medida do possível.

Artigo 22.º

Dirigente associativo estudante do ensino superior

1. O presente artigo aplica-se, ao abrigo da Lei n.º 23/2006, de 23 de julho, “Regime Jurídico do Associativismo Jovem”, aos estudantes da ESCS que sejam dirigentes da Associação de Estudantes ou de Federações Académicas.
2. A associação de estudantes deverá indicar ao Presidente da ESCS, os estudantes/dirigentes a abranger pelo respetivo estatuto através do envio da cópia da ata de tomada de posse de cada dirigente associativo, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data da mesma. Os estudantes de Federações Académicas deverão entregar, no mesmo prazo, nos Serviços Académicos documento comprovativo da sua tomada de posse.
3. A suspensão, cessação ou perda de mandado do dirigente deve ser comunicada pela respetiva associação ao Presidente da ESCS, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da sua efetivação. Os estudantes de Federações Académicas deverão anualmente entregar nos Serviços Académicos documento comprovativo da manutenção do seu mandato.
4. O dirigente associativo goza dos seguintes direitos:
 - a) a) Relevações de faltas às aulas, quando motivadas pela comparência em reuniões dos órgãos a que pertençam, no caso de estas coincidirem com o horário letivo;
 - b) b) Relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência em atos de manifesto interesse associativo.
5. A relevação das faltas depende da sua comunicação ao Presidente da ESCS, que definirá também o tipo de documento comprovativo justificativo da comparência nas atividades referidas no n.º 4.

6. Esta comunicação deve ser feita pela Associação de Estudantes/Federações Académicas até ao fim da primeira semana do mês seguinte àquele a que as faltas dizem respeito, nunca ultrapassando o dia posterior ao termo das aulas, para que os docentes sejam informados a tempo de contabilizarem as referidas justificações na determinação das condições de frequência dos estudantes.
7. O incumprimento do prazo fixado na alínea anterior implica a não relevação das faltas.
8. O dirigente associativo goza, ainda, dos seguintes direitos:
 - a) Requerer exame na época especial a 2 (duas) unidades curriculares anuais ou equivalentes, quando tal seja possível;
 - b) Requerer até 5 (cinco) exames em cada ano letivo para além dos exames nas épocas consagradas para os estudantes ordinários, com um limite máximo de 2 (dois) por unidade curricular;
 - c) Adiar a apresentação de trabalhos e relatórios escritos, para data acordada com o docente responsável pela unidade curricular, se previsto nas normas internas em vigor na respetiva unidade orgânica.
9. Os direitos conferidos neste artigo podem ser exercidos no prazo de um período letivo após o termo do mandato como dirigentes, desde que este prazo não seja superior ao tempo em que foi efetivamente exercido o mandato.
10. Independentemente do regime de avaliação da unidade curricular, o estudante pode optar por fazer a avaliação por exame.
11. Os estudantes que pretendam realizar exames ao abrigo do n.º 8, devem efetuar o requerimento até ao dia 21 (vinte e um) do mês anterior àquele em que os exames serão realizados. Esta regalia não é aplicável no mês de agosto e nos meses em que decorram os exames das épocas normal e de recurso.
12. Compete ao Presidente da ESCS assegurar que o exame tenha lugar no decurso do mês para que é requerido, de preferência em data acordada entre o docente e o estudante.
13. O acesso a exames previstos no n.º 8 só poderá ter lugar depois da frequência da unidade curricular, e desde que o estudante reúna as condições de acesso a exame previstos no respetivo regulamento de avaliação.
14. Quando, pela aplicação dos números anteriores, o estudante vir alterado o número de créditos já realizados poderá, desde que ainda não tenha decorrido 1/3 dos dias letivos do período letivo, alterar as unidades curriculares em que se encontra inscrito. A alteração da inscrição deverá ser efetuada no prazo de 7 (sete) dias consecutivos, contados a partir da data da publicação dos resultados do último exame.
15. Os estudantes têm direito à relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência em reuniões da assembleia geral no caso de estas coincidirem com o horário letivo.
16. Para efeitos do número anterior, caberá à mesa da assembleia geral a entrega da listagem dos estudantes presentes ao Presidente da ESCS, num prazo máximo de 48 horas após o término da assembleia geral.
17. Aos estudantes do Instituto Politécnico de Lisboa que desempenhem as funções de membros de direção de Federações Académicas é aplicável o estatuto do dirigente associativo, nos termos do disposto no presente artigo.

18. Os estudantes representantes dos estudantes em organismos nacionais — em que tal representação esteja legalmente prevista — poderão gozar de algumas das regalias previstas no presente artigo, a requerimento do interessado, mediante despacho do Presidente da unidade orgânica, atendendo à natureza do organismo e das funções nele desempenhadas e ao grau de exigência da participação.
19. As regalias previstas nos dois números anteriores não são acumuláveis entre si, nem com as concedidas pelo presente artigo aos dirigentes associativos abrangidos pelo n.º 1.
20. Os direitos consagrados neste artigo podem ser exercidos de forma ininterrupta, por opção do dirigente, durante o mandato e no período de 12 (doze) meses subsequentes ao fim do mesmo, desde que nunca superior ao lapso de tempo em que foi efetivamente exercido o mandato.
21. Os benefícios do regime de dirigente associativo cessam quando não tiver aproveitamento em 2 (dois) anos consecutivos ou 3 (três) interpolados. Para este efeito, considera-se que este tem aproveitamento escolar quando consegue aprovação em mais de metade das unidades curriculares em que estiver inscrito, arredondando por defeito este número quando necessário.
22. No ano letivo subsequente àquele em que perdeu os benefícios, o estudante que mantenha as condições de dirigente associativo pode voltar a requerer o estatuto, não podendo esta situação ocorrer mais do que 2 (duas) vezes.

Artigo 23.º

Outros estatutos especiais de estudante do ensino superior

1. O presente artigo aplica-se aos estudantes da ESCS que tenham um estatuto especial:
 - a) Estatuto de parturiente;
 - b) Estatuto de mães e pais estudantes;
 - c) Estatuto de dirigentes de associações juvenis;
 - d) Estatuto de estudante praticante desportivo de alto rendimento;
 - e) Estatuto de estudantes que integrem órgãos de gestão do IPL;
 - f) Estatuto de estudantes investigadores;
 - g) Estatuto de estudante portador de deficiência;
 - h) Estatuto de estudante portador de doença infetocontagiosa ou com incapacidade temporária;
 - i) Estatuto de estudante bombeiro;
 - j) Estatuto de estudante voluntário.
2. Aos estudantes mencionados no número anterior aplica-se o exposto no Anexo IV do Manual Académico do IPL.

Artigo 24.º

Processo de atribuição da classificação da Pós-Graduação

1. No certificado de Pós-Graduação é atribuída uma classificação final situada no intervalo de 10 (dez) a 20 (vinte) da escala numérica inteira de 0 (zero) a 20 (vinte).

2. A classificação final do certificado de Pós-Graduação corresponde à média, ponderada por ECTS, das classificações obtidas nas unidades curriculares em que o estudante realizou os 40 (quarenta) ETCS.
3. Tendo em vista o prosseguimento de estudos para a obtenção do grau académico de mestre, os ECTS do plano de estudos da Pós-Graduação em Storytelling podem ser creditados de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 25.º

Prazos de emissão do certificado

A emissão do certificado final do curso será feita no prazo de 10 (dez) dias úteis após a sua requisição, à exceção da época de matrículas/inscrições, em que o prazo poderá ser estendido até 30 (trinta) dias.

Artigo 26.º

Processo de acompanhamento pelos órgãos pedagógico e científico

O processo de acompanhamento do curso de Pós-Graduação é da responsabilidade do Conselho Técnico-Científico e do Conselho Pedagógico da ESCS.

Artigo 27.º

Casos Omissos

Os casos omissos serão decididos, segundo a matéria a que respeitem, pelos órgãos de gestão competentes.

Anexo 2
Calendário de Exames da Pós-Graduação em Storytelling

ANO LETIVO 2016-2017
PG Storytelling

	Época normal						Época recurso						Época especial				
	2ª Feira 03-Apr	3ª Feira 04-Apr	4ª Feira 05-Apr	5ª Feira 06-Apr	6ª Feira 07-Apr		2ª Feira 17-Apr	3ª Feira 18-Apr	4ª Feira 19-Apr	5ª Feira 20-Apr	6ª Feira 21-Apr		2ª Feira 04-Sep	3ª Feira 05-Sep	4ª Feira 06-Sep	5ª Feira 07-Sep	6ª Feira 08-Sep
1º Período																	
Pitching	x										x					x	
Gêneros e Formatos		x						x					x				
Desenho Narrativas			x						x					x			
Comédia				x						x					x		
Dramaturgia					x						x						x

	Época normal						Época recurso						Época especial				
	2ª Feira 03-Jul	3ª Feira 04-Jul	4ª Feira 05-Jul	5ª Feira 06-Jul	6ª Feira 07-Jul		2ª Feira 17-Jul	3ª Feira 18-Jul	4ª Feira 19-Jul	5ª Feira 20-Jul	6ª Feira 21-Jul		2ª Feira 11-Sep	3ª Feira 12-Sep	4ª Feira 13-Sep	5ª Feira 14-Sep	6ª Feira 15-Sep
2º Período																	
Escrita TV e webseries		x						x					x				
Adaptações e Reescrita			x						x					x			
Escrita Curtas e Longas				x						x					x		
Product Placement	x						x									x	
Realiz. Interp. Técn.					x						x						x
Read.Script Doc.S.Edit.					x						x					x	

Anexo 3

Relatório Interno do Sistema de Gestão da Qualidade

Ano letivo 2015-2016

Relatório Interno do Sistema de Gestão da Qualidade

Ano letivo 2015-2016

Documento elaborado pela Gabinete de Apoio à Qualidade

ÍNDICE

Lista de Siglas e Abreviaturas

Sumário Executivo

NOTA INTRODUTÓRIA

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Serviços de Apoio

Gestão de Recursos Humanos

Inquérito Anual aos Colaboradores Docentes

Inquérito Anual aos Colaboradores Não Docentes.....

Inquérito aos Estudantes

ENSINO – APRENDIZAGEM

Os Cursos

As UC e os docentes

Novos Alunos

Diplomados

INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

Doutoramentos / Título Especialista

Envolvimento Centros I&D.....

Produção Científica

Produção Científica Mestrados	
Integração dos Alunos em Ações I&D	

INTERNACIONALIZAÇÃO

Mobilidade Estudantes	
Mobilidade Docentes	
Mobilidade Não Docentes	

INTERAÇÃO INSTITUCIONAL E COM A COMUNIDADE

Estágios Profissionais	
Diplomados ESCS	
Inquérito aos Empregadores ESCS	

ANÁLISE SWOT

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior

AM – Audiovisual e Multimédia

BCM – *Branding e Content Marketing*

CTC – Conselho Técnico-Científico

ESCS – Escola Superior de Comunicação Social

IC – Indústrias Criativas

IES – Instituição de Ensino Superior

Jorn - Jornalismo

PM – Publicidade e Marketing

RPCE – Relações Públicas e Comunicação Empresarial

GERP – Gestão Estratégica das Relações Públicas

SID – Serviço de Informação e Documentação

SGQ - Sistemas de Gestão da Qualidade

UC – Unidade Curricular

SUMÁRIO EXECUTIVO

NOTA INTRODUTÓRIA

PARTICIPANTES NOS INQUÉRITOS

Anualmente, todos os membros da comunidade escolar participam no Sistema Interno de Garantia da Qualidade da ESCS através, entre outros procedimentos, da resposta a questionários. Essa solicitação é, no caso dos estudantes, realizada semestralmente. As taxas de participação dos colaboradores docentes e não docentes, bem como dos novos alunos, são elevadas. No caso dos diplomados, verifica-se uma maior dificuldade em conseguir taxas de resposta mais elevadas.

	Recebidos	%
Docentes	84	60
Não docentes	27	93
Novos alunos de licenciatura	297	72
Novos alunos de mestrado e pós-graduação	89	57
Diplomados nas licenciaturas	254	34
Diplomados nos mestrados e pós-graduações	86	45

Semestralmente, os estudantes respondem a questionários em que são avaliadas as uc e os docentes. A avaliação anual sobre o funcionamento do curso e das condições da ESCS é realizada conjuntamente com a avaliação das uc e dos docentes do 2º semestre.

As taxas de resposta dos estudantes de licenciatura são sempre mais elevadas nos questionários do 1º semestre, dado que a resposta aos mesmos é realizada em sala de aula, no início das aulas do 2º semestre. Os questionários de avaliação do 2º semestre são respondidos durante as férias de verão (agosto a setembro).

1º Semestre			2º semestre	
Licenciaturas	Recebidos	%	Recebidos	%
AM	198	62	109	35
Jornalismo	139	63	78	37
PM	130	54	63	30
PM_pl	55	48	23	20
RPCE	146	67	81	40
RPCE_pl	53	51	37	37
Total	721	59	391	34

Os questionários aos estudantes de mestrado são realizados na mesma altura dos de licenciatura, mas nunca em sala de aula. As variações na taxa de resposta dos dois semestres devem-se somente à disponibilidade dos alunos. Salienta-se a fraca taxa de resposta dos alunos do mestrado em AM ao inquérito de avaliação do 2º semestre. Só 8 alunos avaliaram o funcionamento da ESCS e do respetivo curso, bem como as uc e docentes do 2º semestre.

1º Semestre			2º semestre	
Mestrados	Recebidos	%	Recebidos	%
AM	29	58	8	28
GERP	21	42	16	53
Jornalismo	40	56	18	42
PM	47	53	20	57
Total	137	52	62	45

No ano letivo 2015-16, a Pós-Graduação em IC funcionou pela primeira vez e em moldes diferentes do habitual funcionamento dos cursos, daí a sua avaliação ter sido realizada só no

final do ano letivo. A avaliação do funcionamento da Pós-graduação em BCM foi realizada do mesmo modo que os restantes cursos da ESCS.

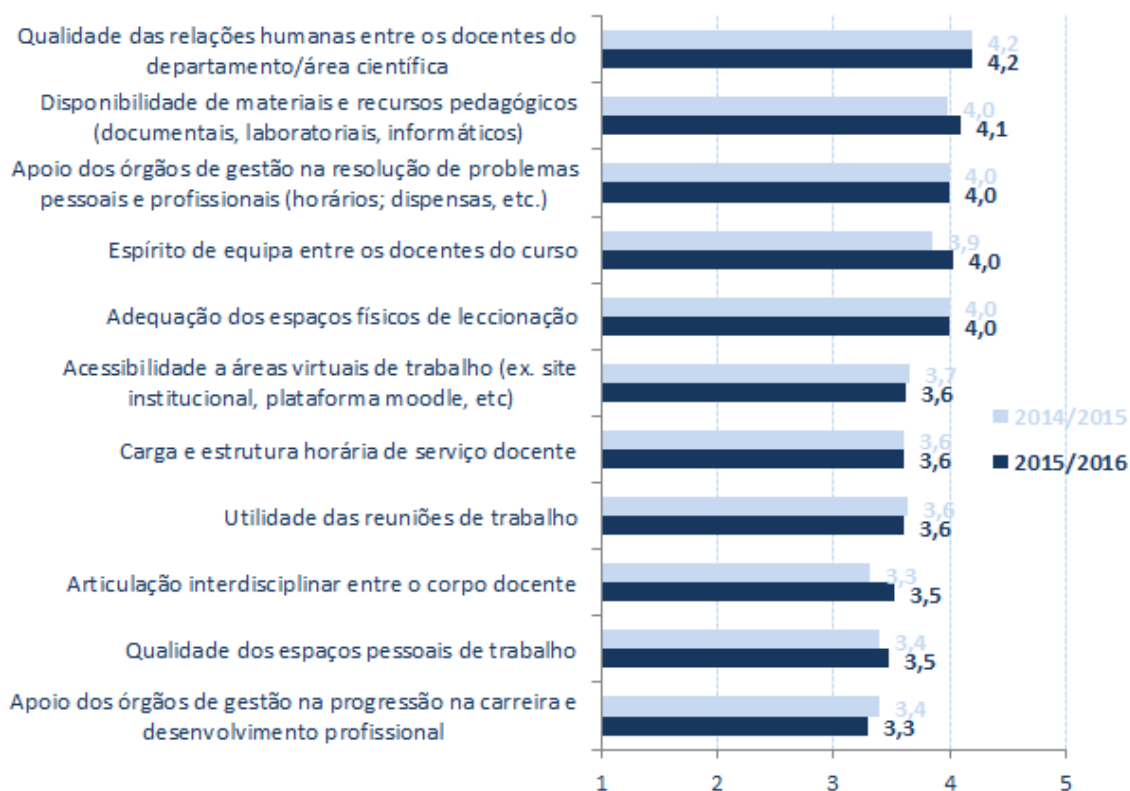
Pós-graduação	1º Semestre		2º semestre	
	Recebidos	%	Recebidos	%
BCM	17	57	13	43
IC			7	88
Total			20	53

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

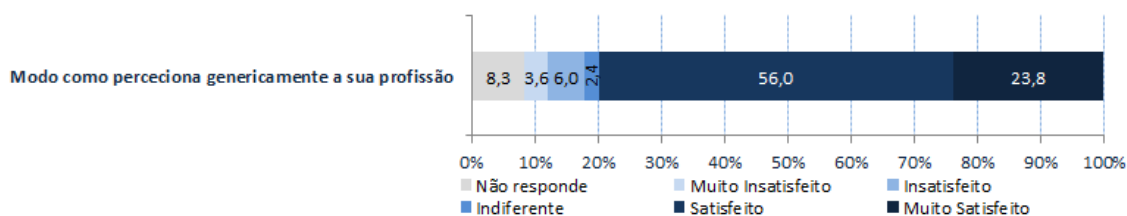
Os questionários anuais aos colaboradores docentes e não docentes estiveram disponíveis para resposta entre julho e setembro de 2016. Estes questionários pretendem recolher a perceção dos colaboradores sobre o funcionamento da ESCS e as condições de trabalho oferecidas. O questionário aos colaboradores docentes integra, ainda, uma parte relativa à avaliação dos cursos e uc que lecionam.

INQUÉRITO ANUAL AOS COLABORADORES DOCENTES

Relativamente a questões relacionadas com condições de trabalho, clima e apoio institucional podemos concluir que, genericamente e na opinião dos docentes, a ESCS é um sítio bom para trabalhar na medida em que todos os itens foram avaliados acima dos 3 pontos. Comparando o atual ano letivo com o anterior, não há diferenças significativas. No ano anterior, houve uma ligeira melhoria em alguns aspetos, invertendo a tendência verificada nos três anos anteriores de decréscimo da classificação dos itens relativos ao apoio dos órgãos de gestão, à progressão na carreira e à resolução de problemas pessoais e profissionais.



Cerca de 80% dos docentes estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a sua profissão. Estes valores têm-se mantido ao longo dos anos estudados.

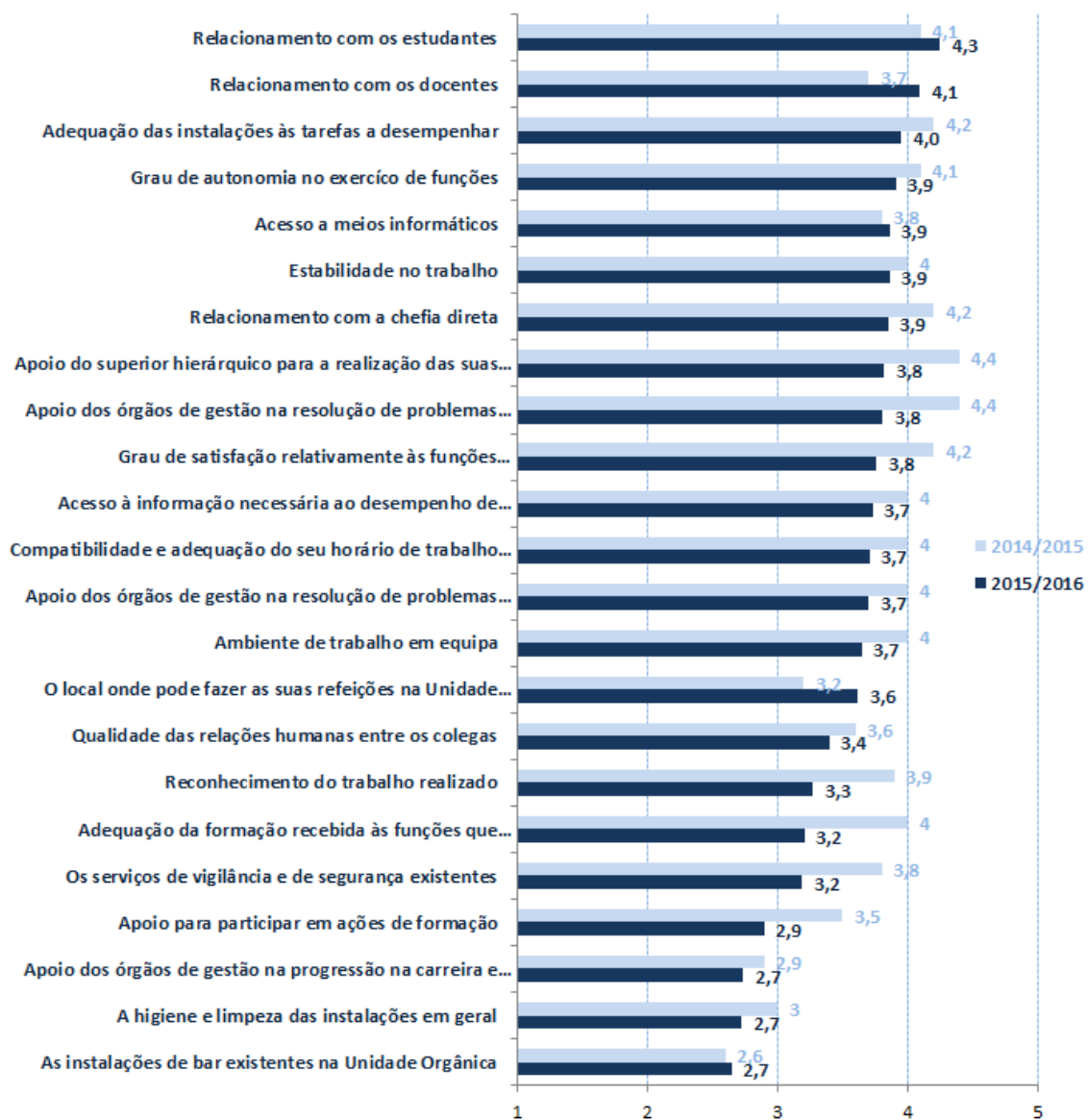


INQUÉRITO ANUAL AOS COLABORADORES NÃO DOCENTES

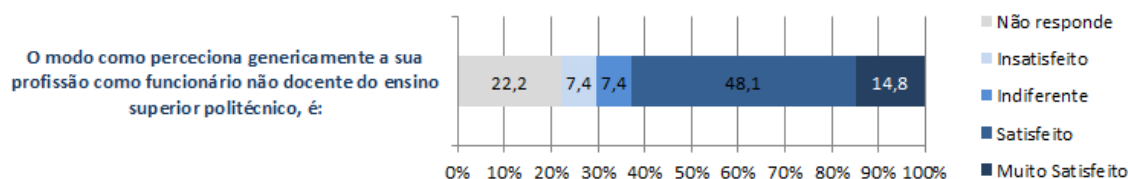
De uma forma geral, todos os itens respondidos pelos colaboradores não docentes sobre as condições de trabalho, clima e apoio institucional foram avaliados de forma muito positiva. Os itens que se referem à opinião sobre as instalações, especificamente a higiene e limpeza e o bar, e os itens relativos ao apoio dos órgãos de gestão, a progressão na carreira e o apoio para participação em ações de formação foram classificados de forma negativa.

No ano letivo 2015-16, comparando com os anos anteriores, notaram-se significativas melhorias em praticamente todos os aspetos avaliados, exceto nos casos do relacionamento com os docentes e com os estudantes, com valores muito positivos, e a adequação do local para as refeições, aspeto que melhorou muito este ano, de acordo com a perceção dos

colaboradores não docentes. Este ano letivo, alguns dos aspetos avaliados voltaram a decrescer, mas mantendo valores positivos, nomeadamente os que mais cresceram de 2013-14 para 2014-15, como o apoio do superior hierárquico, o ambiente de trabalho em equipa, o apoio para participação em ações de formação e sobretudo o reconhecimento pelo trabalho realizado, o qual passou de uma classificação de 2.5 em 2013-2014 para 3.9, passando agora para 3.3. Os itens relativos ao apoio na progressão na carreira e a avaliação do bar e refeitório têm sido sempre classificados de modo negativo em todos os anos letivos. Destacam-se, ainda, outros aspetos com quebra significativa relativamente ao ano passado: os serviços de vigilância e a adequação da formação recebida às funções desempenhadas.



Cerca de 63% dos colaboradores não docentes dizem-se satisfeitos ou muito satisfeitos com a sua profissão. Estes valores mantêm-se sensivelmente os mesmos ao longo do período estudado.



INQUÉRITO ANUAL AOS ESTUDANTES

A informação incluída neste ponto é recolhida anualmente e está incluída no inquérito de avaliação do 2º semestre.

ESTUDANTES DE LICENCIATURA

Nota: No ano letivo passado, este questionário não foi realizado, porque a ESCS serviu de teste à implementação de um novo instrumento de avaliação proposto pelo IPL: Comquest. Entre outras deficiências detetadas, a nova plataforma não permitiu extrair a informação para tratamento estatístico dos dados. Por essa razão, não serão feitas comparações com 2014-15.

Os alunos da licenciatura avaliam satisfatoriamente os serviços da ESCS, exceto a disponibilidade dos locais para trabalhar e estudar e o serviço do bar. Os dois itens são avaliados de modo negativo pelos alunos dos cursos de PM e RPCE, quer em regime diurno, quer em pós-laboral. Esta avaliação é semelhante à realizada em anos anteriores.

Alunos Licenciaturas	ESCS
Instalações e serviços da Unidade Orgânica	3,6
Disponibilidade de locais para estudar e para trabalhar	2,8
Facilidade no acesso e uso de equipamentos (laboratoriais,	3,2
Funcionamento dos serviços académicos	3,4
Funcionamento da Biblioteca e hemeroteca	3,5
Funcionamento do Bar e Refeitório	2,9

À semelhança dos alunos de licenciatura, também os de mestrado avaliaram de forma satisfatória os itens relacionados com os serviços que a ESCS lhes disponibiliza, exceto no caso dos aspetos relativos à disponibilidade dos locais para trabalhar e estudar e o serviço do bar. O funcionamento do bar e refeitório recebeu avaliação negativa de todos os cursos, enquanto a disponibilidade de locais de trabalho foi avaliada negativamente pelos cursos de GERP e PM. Comparativamente ao ano anterior, estes dois indicadores passaram de positivos a negativos, ao contrário do item “Facilidade no acesso e uso de equipamentos (laboratoriais, informáticos, audiovisuais)” que era negativo em 2014-15. Esta avaliação negativa foi transversal aos quatro cursos de mestrado em 2014-15, enquanto este ano letivo já só o curso de AM deu pontuação abaixo de 3. O mestrado em GERP deu ainda classificação de 2.8 ao funcionamento da biblioteca e hemeroteca. A classificação do bar e refeitório é negativa praticamente todos os anos.

Alunos Mestrado	2016-15	2014-15
Instalações e serviços da Unidade Orgânica	3,4	3,8
Disponibilidade de locais para estudar e para trabalhar	2,8	3,2
Facilidade no acesso e uso de equipamentos (laboratoriais,	3,2	2,8
Funcionamento dos serviços académicos	3,5	3,6
Funcionamento da Biblioteca e hemeroteca	3,2	3,4
Funcionamento do Bar e Refeitório	2,1	3,1

Os alunos de pós-graduação só avaliaram de forma negativa o funcionamento do bar e refeitório, como já acontecia o ano passado. Contrariamente aos alunos de mestrado, os alunos da pós-graduação em IC dão valores de 4 à disponibilidade dos locais para trabalhar e ao acesso a equipamentos.

Alunos Pós-graduação	2015-16	2014-15
Instalações e serviços da Unidade Orgânica	3,9	3,8
Disponibilidade de locais para estudar e para trabalhar	3,7	3,3
Facilidade no acesso e uso de equipamentos (laboratoriais,	3,8	3,7
Funcionamento dos serviços académicos	3,6	3,6
Funcionamento da Biblioteca e hemeroteca	3,4	3,8
Funcionamento do Bar e Refeitório	2,6	2,8

ENSINO E APRENDIZAGEM

OS CURSOS

LICENCIATURAS

A avaliação dos cursos é realizada anualmente pelos estudantes (incluída no questionário de avaliação do 2º semestre) e pelos docentes. Este ponto inclui, ainda, informação dos relatórios de curso, produzidos pelos respetivos coordenadores.

INQUÉRITO ANUAL AOS ESTUDANTES

Nota: No ano letivo passado, este questionário não foi realizado, pelas razões técnicas já explicadas anteriormente. Assim, no caso das licenciaturas não são apresentadas as comparações com 2014-15.

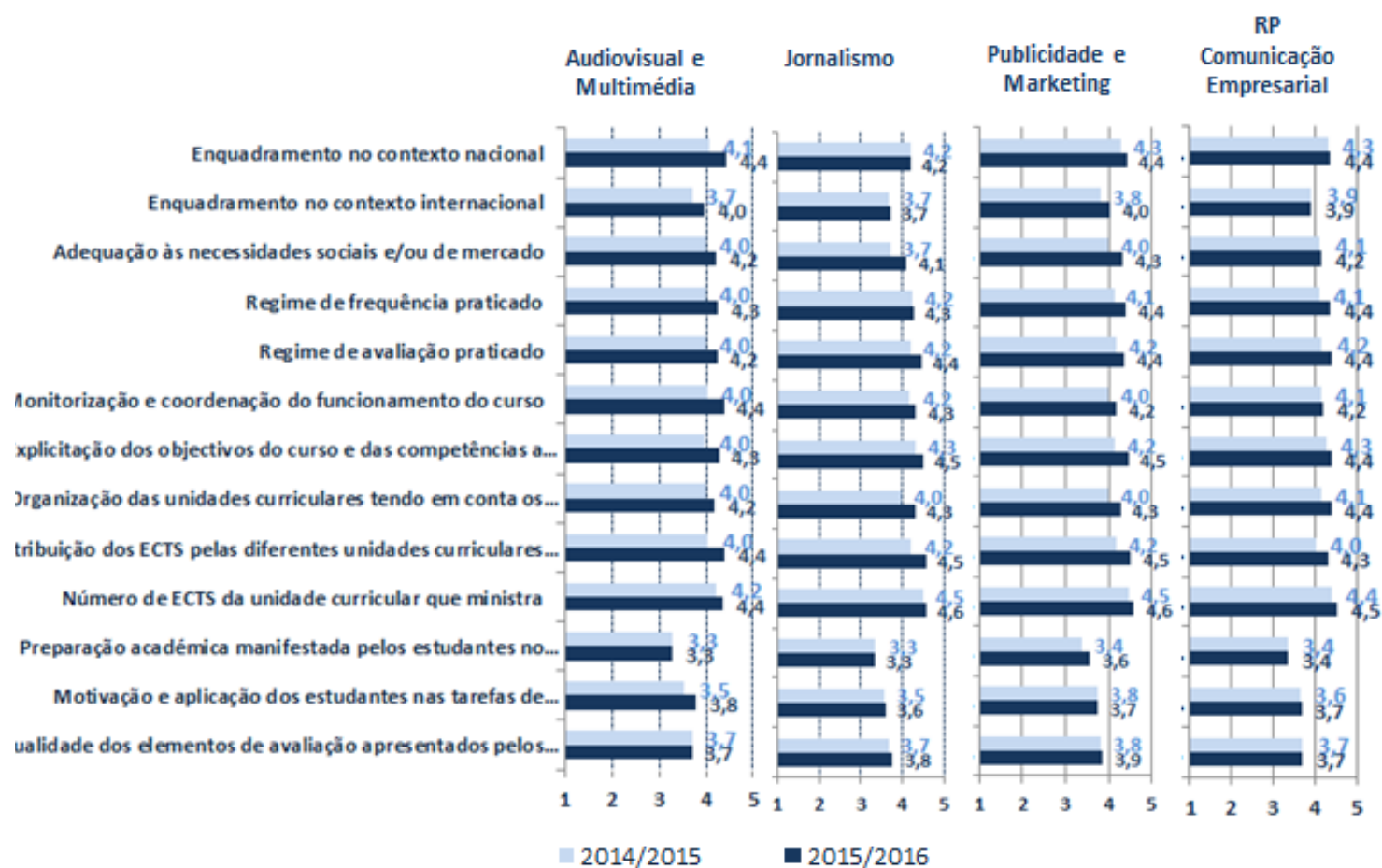
A avaliação das licenciaturas é muito positiva, não havendo grandes diferenças entre os cursos, mas, de modo geral, PM e RPCE têm melhor avaliação do que AM e Jornalismo. O indicador com classificação mais baixa é a organização do horário, que, à semelhança de outros anos, é negativo em AM e Jornalismo. Não se notam diferenças entre os cursos que funcionam em horário diurno e pós-laboral.

Relativamente à possibilidade de encontrar emprego relacionado com o curso, os alunos de Jornalismo têm uma perceção mais pessimista, atribuindo uma média de 2.9 numa escala de 5 pontos, enquanto os outros cursos variam entre 3.6 e 3.8.

Licenciaturas	ESCS	AM	Jornalismo	PM	RPCE
Plano de estudos do curso	3,6	3,4	3,5	3,8	3,7
Carga horária global do curso	3,7	3,6	3,5	3,9	3,6
Organização do horário	3,0	2,8	2,7	3,0	3,2
Competências teóricas/técnicas atribuídas pelo curso	3,7	3,5	3,5	3,9	3,8
Competências práticas atribuídas pelo curso	3,9	3,8	3,9	3,9	4,0
Coordenação do curso pelo seu responsável	3,5	3,4	3,3	3,7	3,7
Qualidade geral do curso	3,9	3,8	3,7	4,1	4,0

INQUÉRITO ANUAL AOS DOCENTES

A opinião dos docentes sobre o funcionamento dos cursos de licenciatura é muito positiva em todos os itens e em todos os cursos, com valores a rondar os quatro pontos, sendo as respostas muito semelhantes entre as quatro licenciaturas. Como em anos letivos anteriores, os valores mais baixos referem-se a aspetos relativos ao desempenho dos alunos. Comparando com o ano letivo anterior, os valores melhoram ligeiramente ou mantêm-se nas quatro licenciaturas.



INFORMAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE CURSO

Os resultados das licenciaturas são muito positivos e semelhantes entre si, relativamente ao número médio de anos necessários à conclusão da licenciatura e à média final do curso. As diferenças notam-se nas percentagens de alunos que concluem o curso, quer na taxa de sucesso (alunos diplomados vs alunos inscritos), quer na taxa de alunos que concluem o curso em três anos. No primeiro caso, destacam-se pela positiva as licenciaturas em Jornalismo e PM em regime diurno, com taxas na ordem dos 80%, e pela negativa a licenciatura em RPCE em regime pós-laboral. Na taxa de conclusão a três anos, destaque para a licenciatura em AM, logo seguida de PM diurno e Jornalismo.

	Nº de Diplomados	Média	Percentagem de conclusão em 3 anos**	Taxa de Aprovação*	Nº médio de anos para conclusão
AM	62	14	85,5%	66,0%	3,3
Jornalismo	65	14	72,3%	84,4%	3,4
PM	63	14	74,6%	78,8%	3,4
PM_pl	26	14	65,4%	68,4%	3,5
RP	52	14	67,3%	67,5%	3,4
RP_pl	10	13	60,0%	37,0%	3,4

(*) Taxa correspondente à relação entre o n.º de alunos diplomados e o n.º de alunos inscritos no 3.º ano.

(**) Taxa correspondente à relação entre o n.º total de alunos diplomados e o n.º de alunos diplomados com 3 matrículas (no máximo)

OS CURSOS

MESTRADOS

Tal como nas licenciaturas, a avaliação dos cursos de mestrado é realizada anualmente pelos estudantes (incluída no questionário de avaliação do 2º semestre) e pelos docentes. Este ponto inclui, ainda, informação dos relatórios de curso, produzidos pelos respetivos coordenadores.

INQUÉRITO ANUAL AOS ESTUDANTES

A avaliação que os alunos de mestrado fazem do seu curso é satisfatória, variando no intervalo de 3 a 4 valores, exceto o item relativo à atribuição de competências práticas, que só tem avaliação positiva no curso de GERP (3.1). Este indicador era negativo o ano passado em AM e GERP. O mestrado em AM atribui ainda avaliação negativa aos itens sobre o plano de estudos do curso, a atribuição de competências teóricas ou técnicas e a qualidade geral do curso (este último já era negativo o ano passado). Comparativamente ao ano anterior, quase todos os

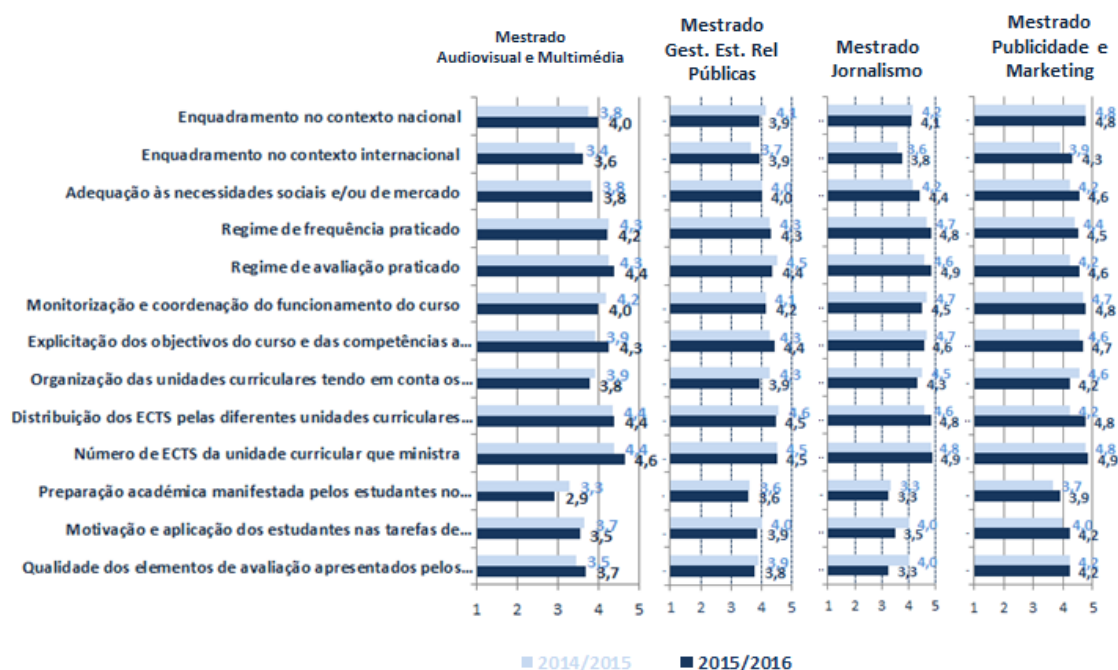
indicadores se mantêm ou decrescem; nos mestrados em AM e Jornalismo decrescem todos os indicadores e no de PM, quase todos.

A percepção sobre a possibilidade de encontrar emprego na área do curso é negativa em AM (2.8) e Jornalismo (2.9) e ligeiramente positiva em GERP (3.3) e PM (3.1).

Mestrados	ESCS	AM	GERP	Jornalismo	PM
Plano de estudos do curso	3,2	2,6	3,2	3,4	3,2
Carga horária global do curso	3,5	3,8	3,5	3,2	3,7
Organização do horário	3,4	4,0	3,7	3,1	3,4
Competências teóricas/ técnicas atribuídas pelo curso	3,2	2,9	3,5	3,2	3,3
Competências práticas atribuídas pelo curso	2,6	1,9	3,1	2,7	2,5
Coordenação do curso pelo seu responsável	3,4	3,1	3,3	3,4	3,6
Qualidade geral do curso	3,2	2,6	3,5	3,4	3,2

INQUÉRITO ANUAL AOS DOCENTES

A opinião dos docentes sobre o funcionamento dos cursos de mestrado é muito positiva em todos os itens e em todos os cursos. Os itens com avaliação global abaixo de 4 são o enquadramento no contexto internacional e os itens relativos ao desempenho dos estudantes, com exceção do curso de PM, continuando a tendência dos anos anteriores. No mestrado em AM, a preparação académica dos estudantes tem avaliação abaixo de 3.



INFORMAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE CURSO

Nos cursos de mestrado, este ano letivo há uma grande discrepância entre o número de diplomados dos cursos e as taxas de sucesso, sendo o de PM o que continua a ter melhores resultados. Relativamente aos outros indicadores, tempo de conclusão e nota final, não se notam grandes diferenças entre os cursos.

Curso	Nº de Diplomados	Média	Percentagem de conclusão em 2 anos**	Taxa de Aprovação*	Nº médio de anos para conclusão
AM	5	16	60,0%	22,7%	2,5
GERP	4	14	50,0%	20,0%	2,5
Jornalismo	12	15	83,3%	40,0%	2,2
PM	25	15	92,0%	64,1%	2,1

(*) Taxa correspondente à relação entre o n.º de alunos diplomados e o n.º de alunos inscritos no 2.º ano.

(**) Taxa correspondente à relação entre o n.º total de alunos diplomados e o n.º de alunos diplomados com 2 matrículas (no máximo)

OS CURSOS PÓS-GRADUAÇÕES

A avaliação dos cursos é realizada anualmente pelos estudantes (incluída no questionário de avaliação do 2º semestre) e pelos docentes. Este ponto inclui, ainda, informação dos relatórios de curso, produzidos pelos respetivos coordenadores. Este ano letivo, o relatório de curso da pós-graduação em IC ainda não contemplou toda a informação necessária.

INQUÉRITO ANUAL AOS ESTUDANTES

A avaliação da pós-graduação em Branding e Content Marketing é muito positiva, com quase todos os indicadores melhor classificados que o ano passado, enquanto a de Industrias Culturais é satisfatória.

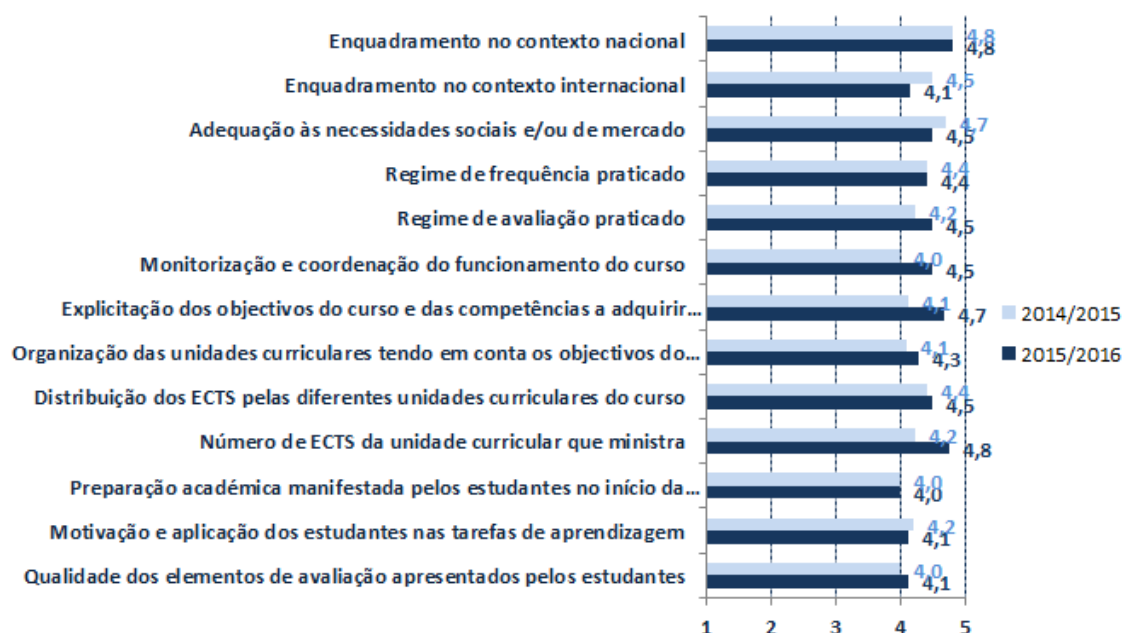
A percepção sobre a possibilidade de encontrar emprego na área do curso é muito positiva em BCM (3.9) e muito negativa em IC (1.7).

Pós-graduação	ESCS	BCM	ICC
Plano de estudos do curso	3,4	3,7	3,0
Carga horária global do curso	3,8	3,8	3,8
Organização do horário	4,1	4,3	3,7
Competências teóricas/ técnicas atribuídas pelo curso	3,6	3,6	3,5
Competências práticas atribuídas pelo curso	3,7	4,0	3,2
Coordenação do curso pelo seu responsável	4,2	4,6	3,5
Qualidade geral do curso	3,6	3,9	3,0

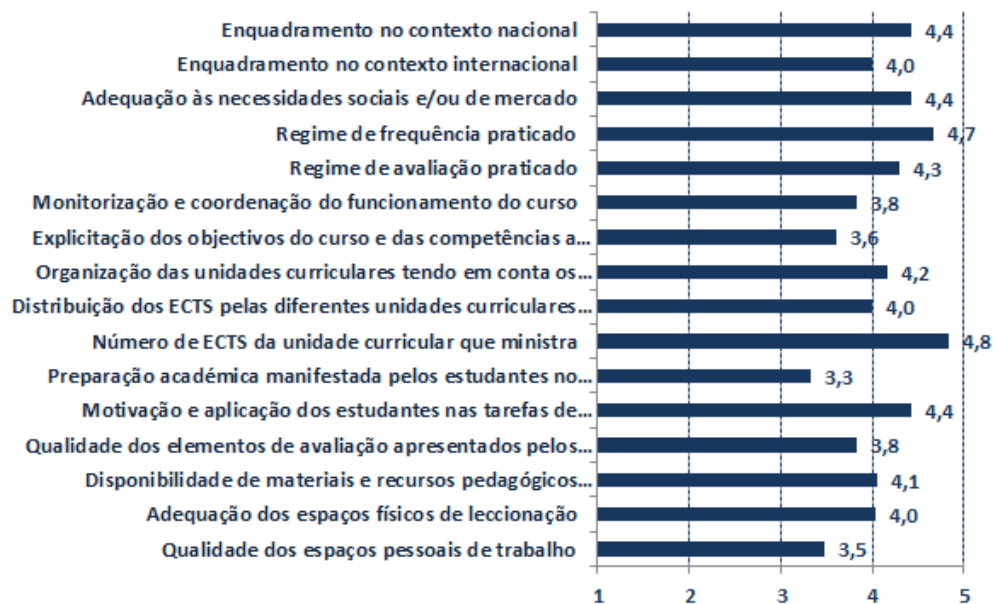
INQUÉRITO ANUAL AOS DOCENTES

A avaliação feita pelos docentes que lecionam nas duas pós-graduações é também muito positiva. Na pós-graduação em BCM, todos os indicadores variam entre 4.0 e 4.8. No caso de IC, há alguns valores abaixo de 4, como a preparação académica dos alunos e a qualidade dos seus trabalhos, à semelhança do que acontece nos cursos de mestrado, além dos itens relativos à monitorização do curso pelo responsável e a explicitação dos objetivos do mesmo. Na comparação com o ano letivo anterior, a avaliação de BCM não tem grandes alterações à exceção dos aspetos relativos à monitorização do curso pelo responsável e à explicitação dos objetivos do mesmo. A pós-graduação IC funcionou pela primeira vez este ano letivo.

PG BCM



PG ICC



INFORMAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE CURSO

As duas pós-graduações apresentam excelentes indicadores do sucesso dos alunos.

	Nº de Diplomados	Média	Percentagem de conclusão em 1 ano**	Taxa de Aprovação*	Nº médio de anos para conclusão
BCM	29	15	100%	96,7%	1
ICC	7	16	100%	87,5%	1

(*) Taxa correspondente à relação entre o n.º de alunos diplomados e o n.º de alunos inscritos.

(**) Taxa correspondente à relação entre o n.º total de alunos diplomados e o n.º de alunos diplomados com 1 matrícula (no máximo)

AS UC E OS DOCENTES

LICENCIATURAS

As uc e docentes que as lecionam são avaliados pelos estudantes no final de cada semestre. Os relatórios de curso contêm a informação dada pelos responsáveis de uc e pelos alunos em Comissão Pedagógica do curso.

INQUÉRITOS SEMESTRAIS AOS ESTUDANTES

Nota: No ano letivo passado, o questionário do 2º semestre não foi realizado, pelas razões técnicas já explicadas anteriormente. Assim, no caso das licenciaturas, não são apresentadas as comparações com 2014-15.

A avaliação que os alunos das licenciaturas fazem das uc do curso é positiva com valores médios, em termos globais, entre 3.6 e 3.8. Ainda assim, o curso de Jornalismo teve 5 uc com classificação abaixo de 3 e AM e PM 4 uc nestas condições.

UC 2015/16 Licenciatura	ESCS	AM	Jornalismo	PM	RPCE
A minha motivação para a U.C.	3,6	3,5	3,5	3,7	3,6
A minha prestação global nesta U.C.	3,6	3,6	3,5	3,8	3,6
A relação entre o nº total de ECTS(créditos) e o nº de horas de trabalho exigidas pela U.C.(incluindo o n.º de aulas)	3,6	3,5	3,4	3,6	3,6
Ligação com outras unidades curriculares deste curso	3,7	3,6	3,6	3,8	3,6
Contributo para aquisição de competências associadas ao curso	3,7	3,6	3,6	3,7	3,7
Qualidade dos documentos e material disponibilizado	3,6	3,6	3,6	3,6	3,7
A coordenação entre as componentes teórica-prática	3,6	3,5	3,4	3,6	3,7
Coerência entre as atividades propostas e os objetivos da U.C.	3,8	3,7	3,6	3,9	3,8
As metodologias de avaliação da U.C.	3,6	3,5	3,5	3,6	3,7
Funcionamento global da U.C.	3,6	3,6	3,5	3,7	3,7

Distribuição das UC pelo valor médio das respostas dos alunos às questões sobre o seu funcionamento	menos de 3	3 a 4	mais de 4	Total
AM	4	25	12	41
Jornalismo	5	28	10	43
PM	4	25	16	45
RPCE		35	11	46
Total	13	113	49	175

A avaliação que os estudantes das licenciaturas fazem dos docentes é muito positiva, com valores médios entre 3.8 e 4.3, exceto no caso da capacidade de motivação dos alunos que ficou nos 3.5. Valores semelhantes a outros anos já estudados.

Docentes 2015/16 Licenciatura	ESCS	AM	Jornalismo	PM	RPCE
Pontualidade do docente	4,1	4,2	4,0	4,2	4,1
Grau de exigência do docente	4,0	4,0	4,0	4,0	4,1
Capacidade do docente para relacionar a U.C. com os objetivos do curso	3,9	3,9	3,8	3,9	3,9
Cumprimento das regras de avaliação definidas	4,1	4,1	4,0	4,1	4,2
Clareza de exposição por parte do docente em sala de aula	3,8	3,8	3,7	3,8	3,8
Domínio dos conteúdos programáticos	4,3	4,2	4,3	4,3	4,3
Disponibilidade e apoio do docente fora das aulas	3,9	3,8	3,9	3,9	3,8
Relação do docente com os seus alunos	3,8	3,8	3,8	3,9	3,8
Capacidade para motivar os alunos	3,5	3,5	3,4	3,6	3,6
Qualidade geral da atuação do docente	3,8	3,8	3,7	3,8	3,9

INFORMAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE CURSO

A informação dada pelos docentes responsáveis das uc é muito positiva em todas as licenciaturas, com praticamente todas elas avaliadas na maioria dos critérios com 4 ou 5, numa escala de 1 a 5 pontos.

	AM	Jornalismo	PM	PM (pl)	RP	RP (pl)
Nº total de UC	34	32	49	49	46	46
Nº UC avaliação global positiva (4 ou 5)	34	31	41	37	46	46
Nº UC avaliação global negativa (1 ou 2)	0	0	0	0	0	0

Também a informação prestada pelos estudantes nas reuniões das Comissões Pedagógicas dos cursos é extremamente positiva. Na licenciatura em AM, a situação relevante negativa apresentada refere-se à uc de Comunicação Vídeo e baseia-se na perceção dos alunos relativamente à falta de comunicação entre os docentes que lecionam a uc, nomeadamente a questões de diferenciação na avaliação. As três situações relevantes positivas são referentes às uc de Análise Económica, Guionismo e Narrativas Digitais e Laboratório Audiovisual, e prendem-se sobretudo com o desempenho dos docentes, os quais têm feito um excelente acompanhamento dos alunos, criando a motivação para a realização de trabalhos de qualidade.

	AM	Jornalismo	PM	PM (pl)	RP	RP (pl)
Nº total de UC	45	47	49	49	48	48
Nº UC com situação relevante positiva	3	0	0	0	0	0
Nº UC avaliação com situação relevante	1	0	0	0	0	0

AS UC E OS DOCENTES

MESTRADOS

As uc e docentes que as lecionam são avaliados pelos estudantes no final de cada semestre. Os relatórios de curso contêm a informação dada pelos responsáveis de uc e pelos alunos em Comissão Pedagógica do curso.

INQUÉRITOS SEMESTRAIS AOS ESTUDANTES

A avaliação que os alunos dos mestrados fazem das uc do curso é positiva com valores médios, em termos globais entre 3.5 e 3.8. Não há grandes diferenças entre os cursos, embora AM tenha classificação mais baixa em todos os itens. Valores muito semelhantes aos do ano passado. O mestrado em AM teve 3 uc com classificação abaixo de 3 e PM 2 uc.

UC 2015/16 Mestrado	ESCS	AM	GERP	Jornalismo	PM
A minha motivação para a U.C.	3,7	3,5	3,6	3,8	3,8
A minha prestação global nesta U.C.	3,8	3,6	3,8	3,8	3,9
A relação entre o nº total de ECTS(créditos) e o nº de horas de trabalho exigidas pela U.C.(incluindo o n.º de aulas)	3,7	3,5	3,8	3,6	3,8
Ligação com outras unidades curriculares deste curso	3,6	3,2	3,7	3,6	3,8
Contributo para aquisição de competências associadas ao curso	3,6	3,3	3,7	3,7	3,7
Qualidade dos documentos e material disponibilizado	3,6	3,4	3,6	3,6	3,6
A coordenação entre as componentes teórica-prática	3,5	3,0	3,7	3,4	3,6
Coerência entre as atividades propostas e os objetivos da U.C.	3,7	3,4	3,8	3,7	3,7
As metodologias de avaliação da U.C.	3,5	3,3	3,6	3,6	3,6
Funcionamento global da U.C.	3,6	3,4	3,6	3,5	3,6

Distribuição das UC pelo valor médio das respostas dos alunos às questões sobre o seu funcionamento	menos de 3	3 a 4	mais de 4	Total
AM	3	12		15
GERP		8	8	16
Jornalismo		7	8	15
PM	2	6	9	17
Total	5	33	25	63

A avaliação que os alunos dos mestrados fazem dos docentes é muito positiva, com valores médios entre 3.9 e 4.4, exceto no caso da capacidade de motivação dos alunos que ficou nos 3.5. Valores muito semelhantes aos do ano letivo passado.

Docentes 2015/16 Mestrado	ESCS	AM	GERP	Jornalismo	PM
Pontualidade do docente	4,4	4,5	4,4	4,3	4,4
Grau de exigência do docente	4,0	4,2	4,0	4,1	3,9
Capacidade do docente para relacionar a U.C. com os objetivos do curso	3,9	3,8	3,9	4,1	4,0
Cumprimento das regras de avaliação definidas	4,1	4,1	4,2	4,2	4,1
Clareza de exposição por parte do docente em sala de aula	3,9	3,7	3,9	3,9	3,9
Domínio dos conteúdos programáticos	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3
Disponibilidade e apoio do docente fora das aulas	3,9	4,1	4,1	3,7	4,0
Relação do docente com os seus alunos	3,9	3,9	4,0	3,8	4,0
Capacidade para motivar os alunos	3,5	3,5	3,6	3,5	3,6
Qualidade geral da atuação do docente	3,9	3,9	4,0	3,8	3,8

INFORMAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE CURSO

A avaliação que os docentes responsáveis fazem do funcionamento das uc é extremamente positiva.

	AM	GERP	Jornalismo	PM
Nº total de UC	16	18	11	17
Nº UC avaliação global positiva (4 ou 5)	16	12	10	17
Nº UC avaliação global negativa (1 ou 2)	0	0	0	0

A informação revelada pelos estudantes nas reuniões das Comissões Pedagógicas dos cursos é extremamente positiva, a maioria das situações foram classificadas como comentários. Já no mestrado em PM, os alunos destacam 5 uc com situações relevantes positivas relativamente à elevada satisfação e à pertinência das temáticas abordadas, tal como o empenho e motivação dos docentes. As uc destacadas foram: Gestão de Marcas, Blended Marketing, Estratégia Empresarial, Comunicação Integrada e Criatividade em Comunicação.

	AM	GERP	Jornalismo	PM
Nº total de UC	18	18	15	17
Nº UC com situações relevantes positivas	0	0	0	5
Nº UC avaliação com situações relevantes	0	0	0	0

AS UC E OS DOCENTES PÓS-GRADUAÇÕES

As uc e docentes que as lecionam são avaliados pelos estudantes no final de cada semestre. Os relatórios de curso contêm a informação dada pelos responsáveis de uc e pelos alunos em Comissão Pedagógica do curso.

INQUÉRITOS SEMESTRAIS AOS ESTUDANTES

A avaliação que os alunos fazem das uc do curso é positiva com valores médios, em termos globais, entre 3.5 e 3.8. Valores muito semelhantes aos do ano letivo passado, em que só funcionava ainda BCM. Ainda assim, a pós-graduação BCM teve 4 uc com classificação abaixo de 3.

UC 2015/16 Pós-graduação	2015/2016		
	ESCS	BCM	ICC
A minha motivação para a U.C.	3,8	3,7	4,1
A minha prestação global nesta U.C.	3,9	3,9	4,0
A relação entre o nº total de ECTS(créditos) e o nº de horas de trabalho exigidas pela U.C.(incluindo o n.º de aulas)	3,8	3,8	3,8
Ligação com outras unidades curriculares deste curso	3,8	3,8	4,0
Contributo para aquisição de competências associadas ao curso	3,8	3,7	3,8
Qualidade dos documentos e material disponibilizado	3,8	3,8	3,8
A coordenação entre as componentes teórica-prática	3,6	3,6	3,7
Coerência entre as atividades propostas e os objetivos da U.C.	3,7	3,7	3,6
As metodologias de avaliação da U.C.	3,5	3,5	3,6
Funcionamento global da U.C.	3,6	3,7	3,4

Distribuição das UC pelo valor médio das respostas dos alunos às questões sobre o seu funcionamento	menos de	3 a 4	mais de 4	Total
BCM	4	3	6	13
ICC		3	1	4
Total	4	6	7	17

A avaliação que os alunos fazem dos docentes é muito positiva, com valores médios entre 4.0 e 4.4, exceto no caso da capacidade de motivação dos alunos que ficou nos 3.8. Valores muito semelhantes aos do ano letivo passado em BCM.

Docentes Pós-graduação	2015/2016		
	ESCS	BCM	ICC
Pontualidade do docente	4,4	4,4	4,5
Grau de exigência do docente	4,1	4,2	3,9
Capacidade do docente para relacionar a U.C. com os objetivos do curso	4,0	4,0	4,0
Cumprimento das regras de avaliação definidas	4,2	4,3	4,0
Clareza de exposição por parte do docente em sala de aula	4,0	4,0	4,0
Domínio dos conteúdos programáticos	4,4	4,4	4,5
Disponibilidade e apoio do docente fora das aulas	4,2	4,1	4,3
Relação do docente com os seus alunos	4,2	4,2	4,3
Capacidade para motivar os alunos	3,8	3,8	3,9
Qualidade geral da atuação do docente	4,0	4,0	4,1

INFORMAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE CURSO

Relativamente à pós-graduação em BCM, a avaliação, quer dos docentes, quer dos estudantes, é muito positiva. A Pós-graduação em IC não apresentou esta informação no relatório de curso.

	BCM	ICC
Nº total de UC	10	
Nº UC avaliação positiva (4 ou 5)	10	
Nº UC avaliação negativa (2 ou 1)	0	

	BCM	ICC
Nº total de UC	16	
Nº UC com situações relevantes positivas	0	
Nº UC avaliação com situações relevantes	0	

NOVOS ESTUDANTES DA ESCS

Relativamente à primeira fase de colocação dos estudantes no ensino superior, a ESCS obteve, mais uma vez, um resultado muito positivo. Concorreram 2859 candidatos para as 330 vagas dos cursos de licenciatura, ou seja, cerca de quase 9 vezes mais candidatos que vagas. Verificou-se uma ligeira redução de candidatos em relação ao ano anterior, mas superior a 2013/14. O mesmo aconteceu com o número de candidatos em primeira opção. Já o número de estudantes colocados em 1ª opção nos cursos de AM e PM em regime diurno e RP, quer em diurno, quer no pós-laboral, aumentou face aos anos anteriores, apesar de reduções em Jornalismo e em PM pós-laboral. Verificou-se também uma ligeira descida das médias de acesso face a 2014/15, mas superiores a 2013/14, exceto em Jornalismo. Além disso, o Índice de Satisfação de Procura pelos cursos da ESCS (indicador que mede o nº de candidatos que escolhem um determinado curso em 1ª opção) decresceu também face a 2014/15, mas melhorou face a 2013/14, excetuando também Jornalismo.

Curso	Vagas iniciais	Candidatos	Candidatos em 1ª opção	Índice de Satisfação de Procura	Colocados	N.º de colocados em 1.ª Opção	% de colocados em 1.ª Opção	Média
AM	90	498	183	203%	90	64	71,1	14,65
Jornalismo	60	617	125	208%	60	27	45,0	15,05
PM	60	687	198	330%	60	49	81,7	15,15
RPCE	60	594	116	193%	60	36	60,0	14,75

PM-PL	30	223	28	93%	31	4	12,9	14,15
RPCE-PL	30	240	28	93%	31	6	19,4	13,80

Nas três fases de candidatura aos mestrados, os candidatos excederam o número de vagas, nos quatro mestrados e na pós-graduação de BCM, com destaque, como vem sendo hábito, para o mestrado em PM. Os seis cursos receberam em conjunto 308 candidaturas, mais 76 que o ano passado. Há a lembrar que a pós-graduação de IC funcionou pela primeira vez este ano letivo.

Curso	Vagas fixadas	Candidatos	Colocados
Mestrado AM	30	34	32
Mestrado GERP	30	44	33
Mestrado Jornalismo	30	62	51
Mestrado PM	30	109	50
Pós-graduação BCC	30	48	32
Pós-graduação ICC	30	11	11

INQUÉRITO ANUAL AOS NOVOS ALUNOS - LICENCIATURA

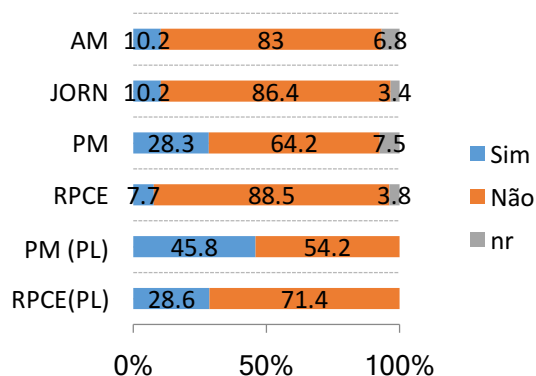
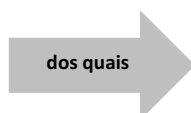
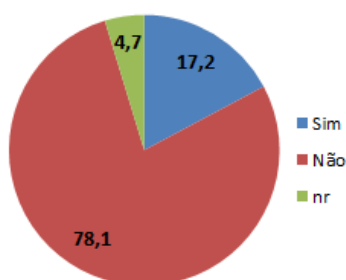
Participaram no inquérito 297/416 novos alunos de licenciatura, com a seguinte distribuição por curso:

	AM	Jornalismo	PM	RPCE	PM (PL)	RPCE (PL)	Total
%	77,9	79,7	63,1	69,3	70,5	61,8	71.7%

Atividade Profissional

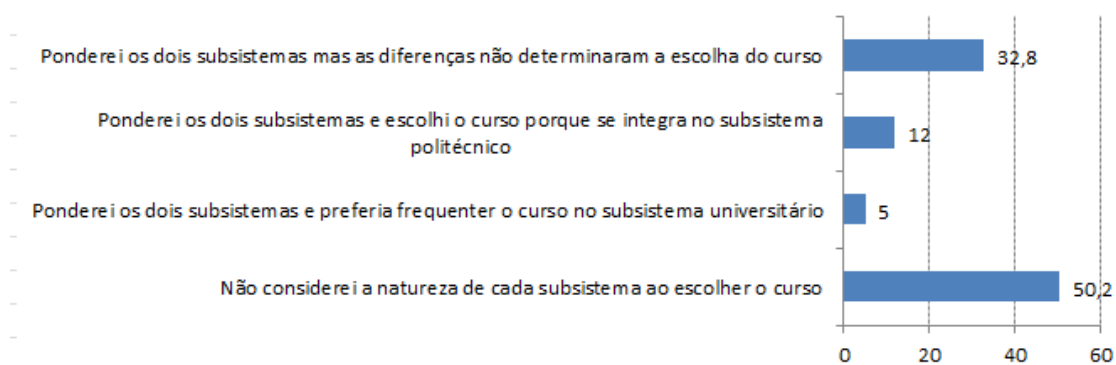
A grande maioria dos novos estudantes da ESCS não trabalha enquanto estuda, daí só 11% terem intenção de pedir o estatuto de trabalhador-estudante. Nos cursos em regime pós-laboral há uma maior percentagem de trabalhadores-estudantes.

Tem alguma atividade profissional?



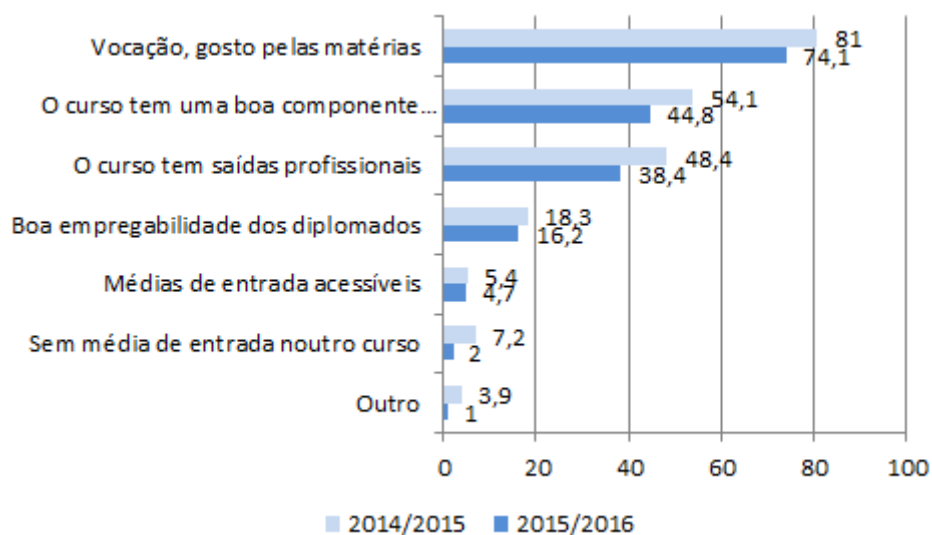
Consideração entre os dois subsistemas de ensino: universitário e politécnico:

Metade dos alunos não ponderou as diferenças entre os dois subsistemas de ensino superior quando escolheu o seu curso. Cerca de 33 % dizem que ponderaram, mas não encontraram diferenças.



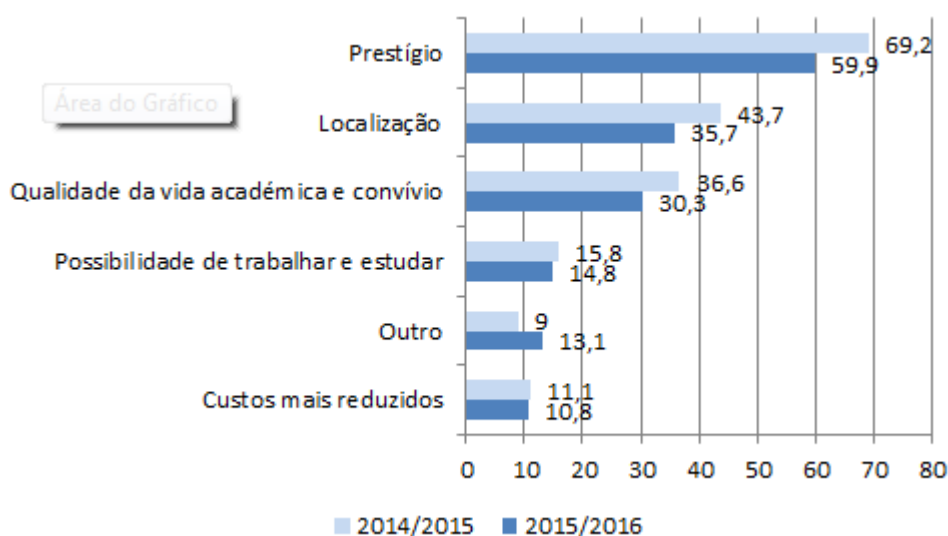
Razões de escolha do curso

As principais razões apontadas para a escolha do curso mantêm-se ao longo do período estudado: a vocação, a componente prática do curso e as suas saídas profissionais.



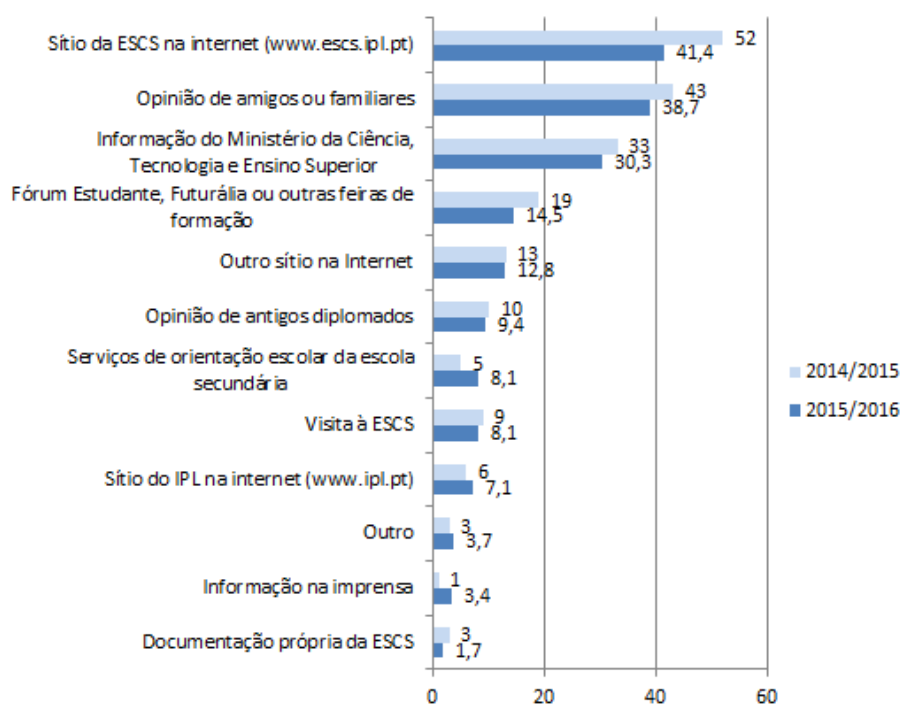
Motivos de escolha da ESCS

Também as principais razões de escolha da ESCS se mantêm: o prestígio da escola, a localização e a qualidade da vida académica.



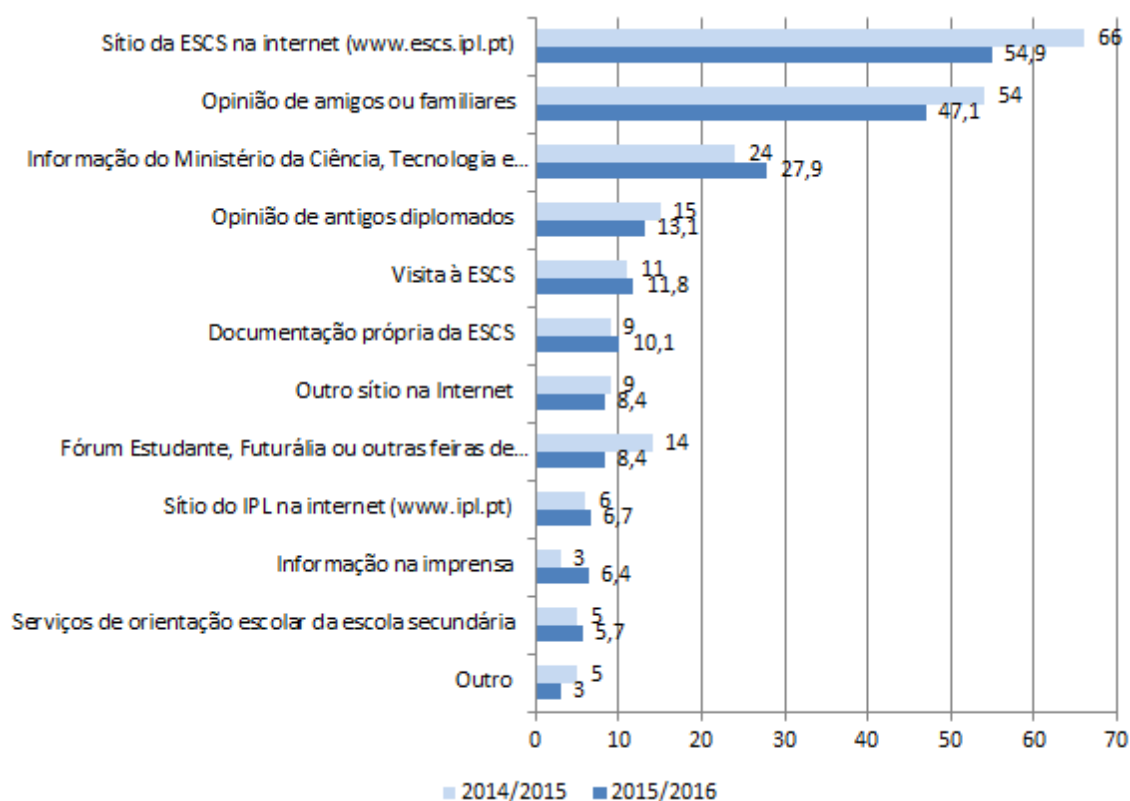
Como tomou conhecimento deste curso?

Os meios de tomada de conhecimento do curso também continuam a ser os mesmos.



Que dados considerou na escolha deste curso?

A informação considerada na escolha do curso também se mantém semelhante a anos anteriores.



Indique as 3 características que, na sua opinião deverão ser mais privilegiadas na ESCS

No caso das características a privilegiar na escola, a ordem de escolha também se mantém relativamente anterior.



INQUÉRITO ANUAL AOS NOVOS ALUNOS – MESTRADOS E PÓS-GRADUAÇÕES

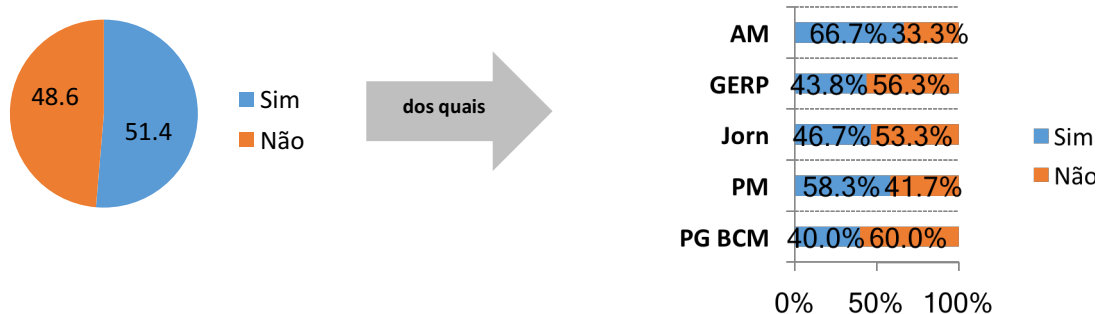
Participaram no inquérito 89/155 novos alunos de mestrado e pós-graduação, com a seguinte distribuição por curso:

	AM	GERP	Jornalismo	PM	PG BCM	Total
%	52.2%	60.7%	43.2%	84.8%	48.1%	57.4%

Nota: quando este questionário foi realizado (setembro de 2015), a pós-graduação em IC ainda não estava em funcionamento, pelo que os alunos não responderam ao questionário.

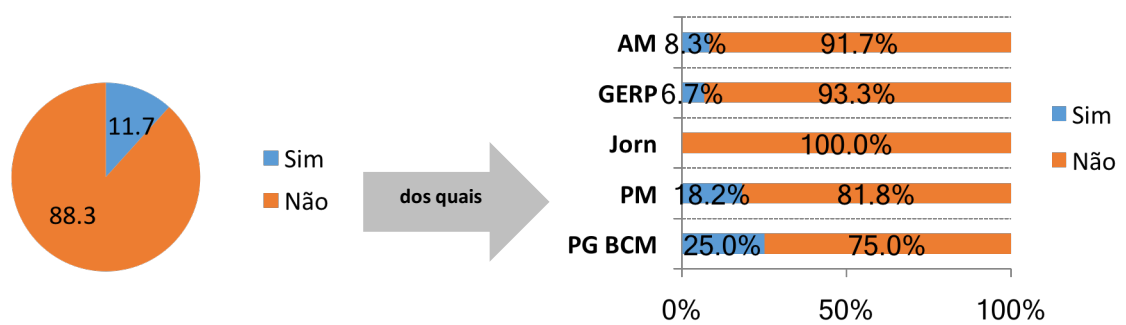
Atividade profissional

Cerca de metade dos respondentes já trabalha, mas só 39,4% pensa pedir o estatuto de trabalhador-estudante.



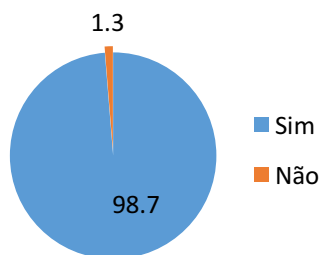
Formação

A grande maioria dos alunos não tem outra formação académica além da licenciatura.



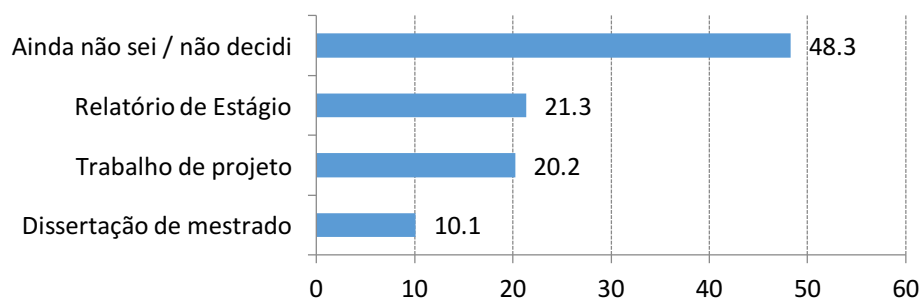
Esta foi a sua 1ª opção ?

Quase a totalidade dos estudantes escolheu um dos cursos da ESCS em 1ª opção. Só no mestrado em AM, 8% dos alunos colocaram outro curso como primeira escolha; em todos os outros cursos, a totalidade dos alunos que responderam ao questionário escolheu o curso em que ficou colocado como primeira opção.



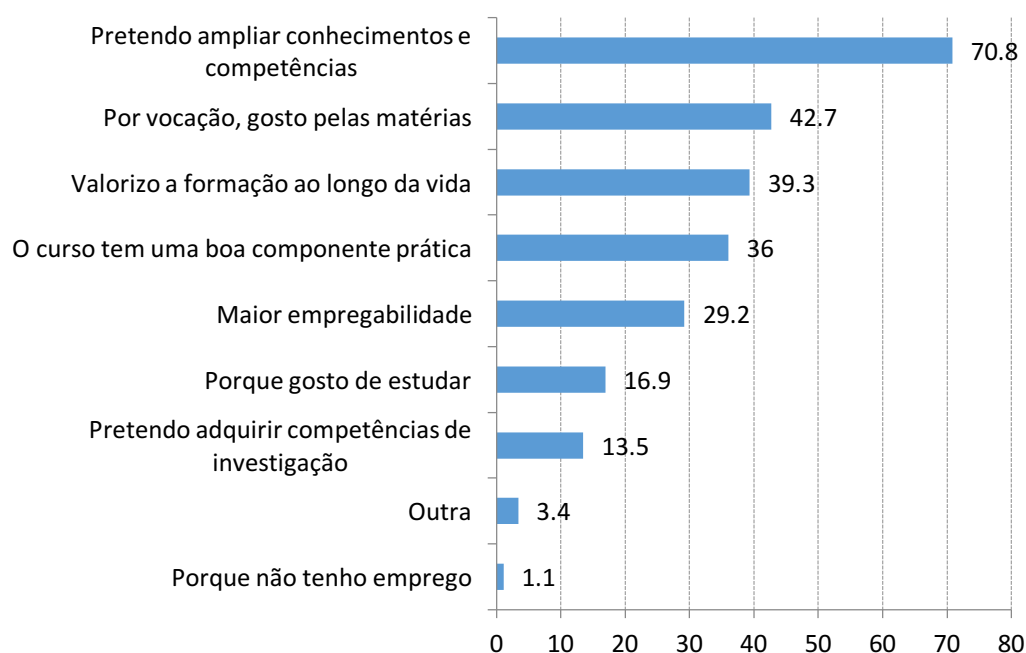
Trabalho final de mestrado

Quase metade dos alunos de mestrado ainda não sabe que tipo de trabalho fará para finalizar o curso. A dissertação é a opção menos escolhida.



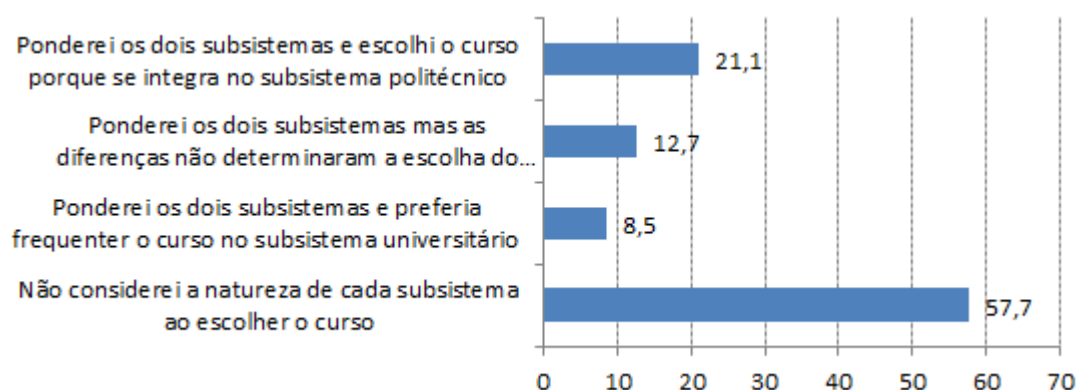
Razões de realização do curso

Quase 71% dos inquiridos referem que optaram por realizar um curso de mestrado ou pós-graduação porque pretendem ampliar os seus conhecimentos. A vocação e a valorização da formação ao longo da vida são também opções referidas por muitos dos estudantes. A componente prática e a boa empregabilidade dos cursos da ESCS continuam a ser perceptíveis pelos estudantes (esta pergunta foi alterada relativamente ao ano passado, pelo que não é possível fazer comparações).



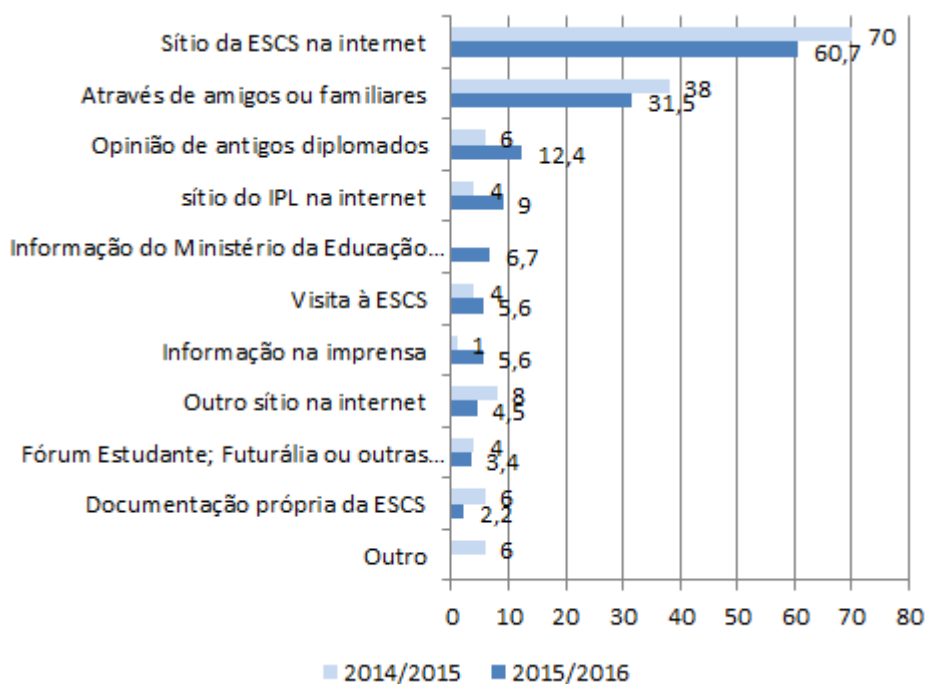
Considerando os dois subsistemas do ensino superior (universitário e politécnico), indique a frase que melhor se Mais de metade dos alunos não adequa à sua escolha:

Mais de metade dos alunos não pondera as diferenças entre os dois subsistemas de ensino superior.



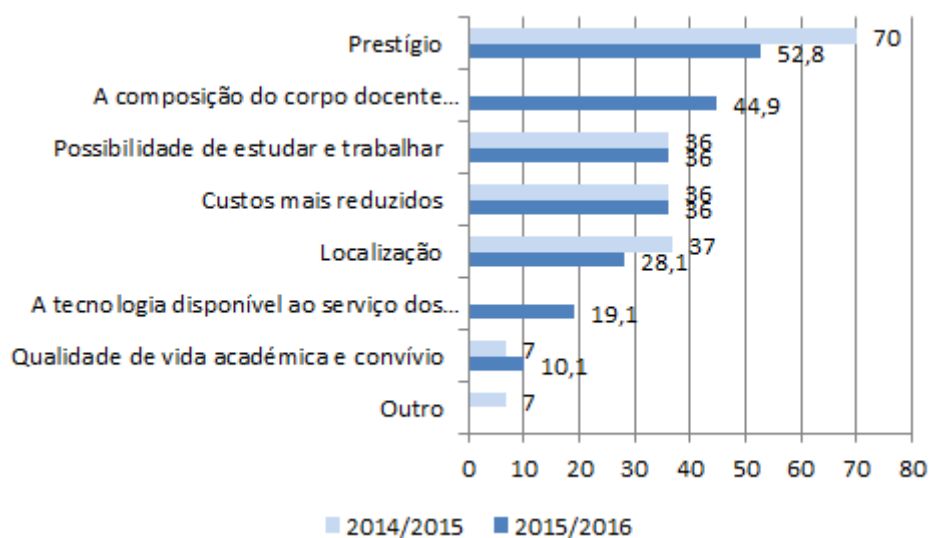
Conhecimento da existência do curso

Os principais meios de conhecimento do curso mantêm-se ao longo do período estudado: mantendo-se o sítio da ESCS com maior destaque.



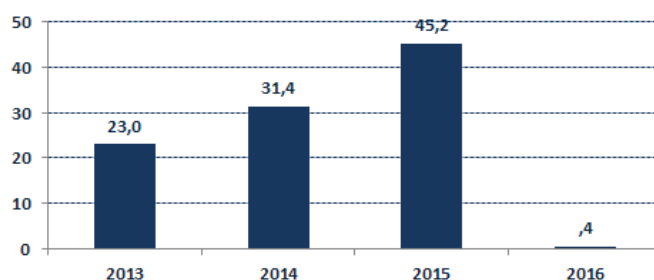
Quais os motivos porque escolheu a ESCS

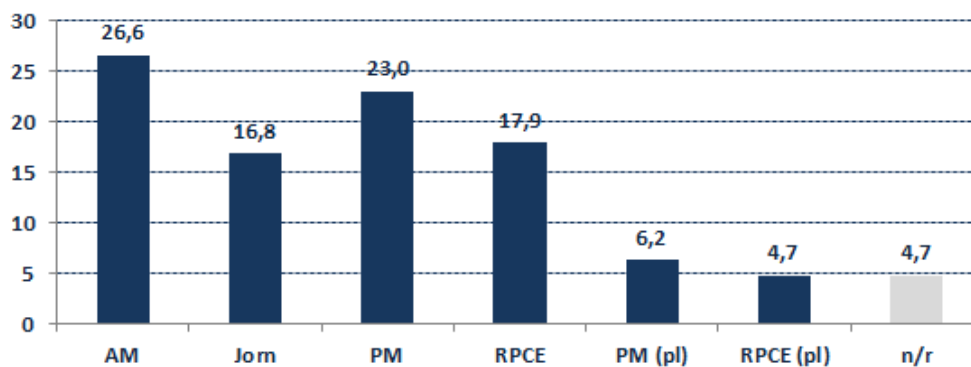
O prestígio da ESCS, o seu corpo docente, a possibilidade de poder estudar e trabalhar, o valor das propinas e a localização continuam a ser os fatores principais na sua escolha. A informação relativa à composição do corpo docente foi introduzida no questionário deste ano letivo, daí não haver informação anterior. Este fator revelou-se muito importante para cerca de 45% dos estudantes.



DIPLOMADOS LICENCIATURAS

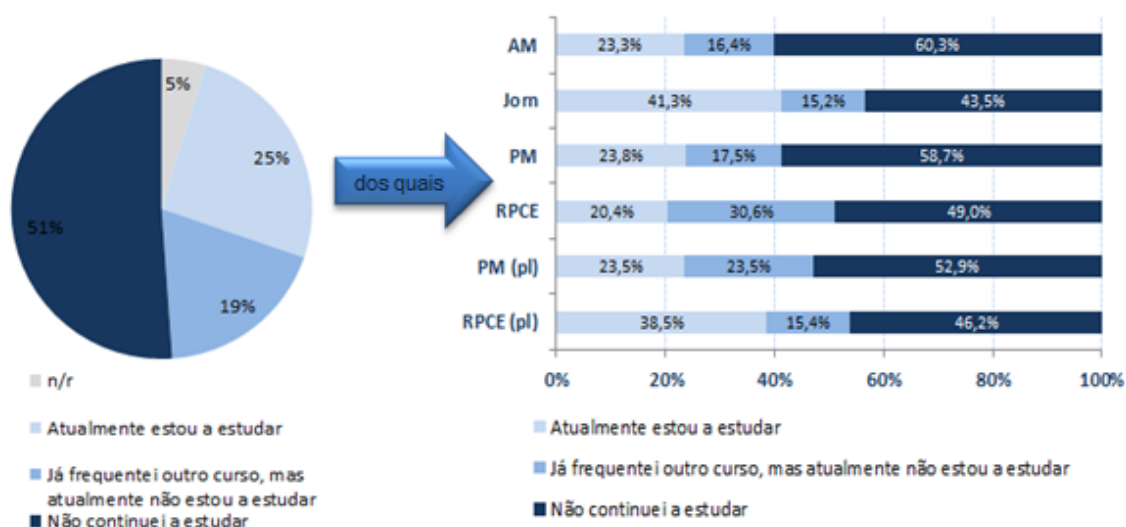
Participaram no inquérito 254/758 licenciados (taxa de resposta de 33.5 %), que finalizaram o curso entre 2013 e 2016, de todas as licenciaturas da ESCS.

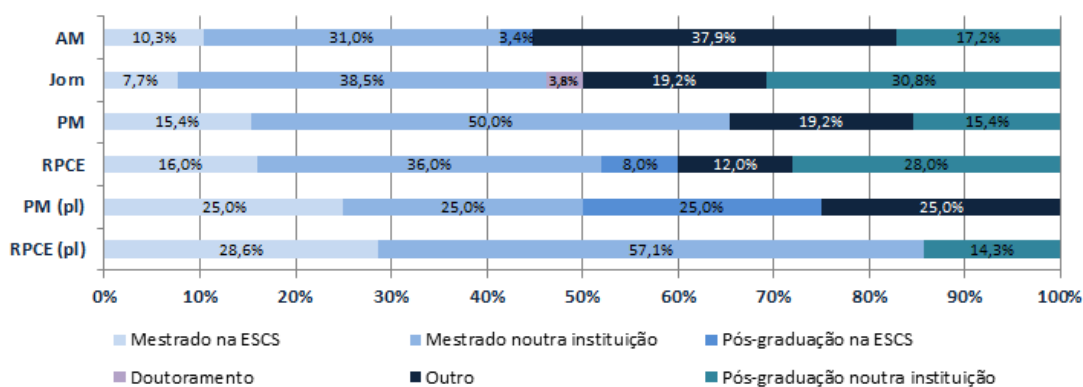
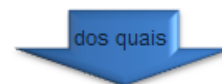
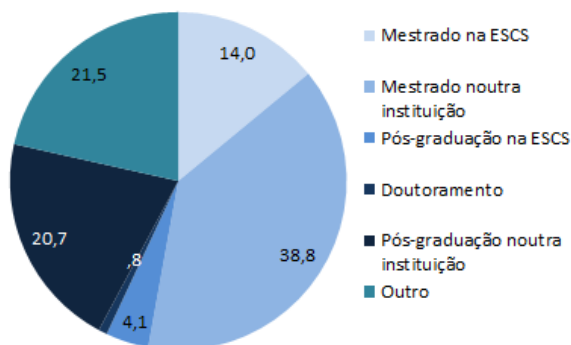




Continuação da formação académica

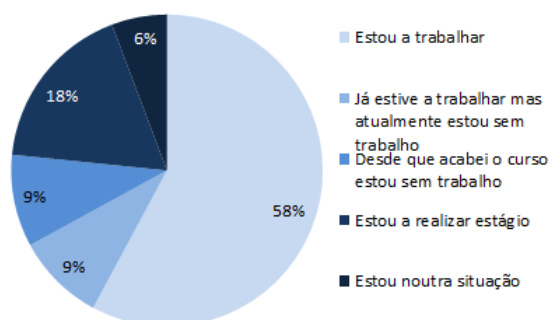
Mais de metade dos licenciados da ESCS, no período considerado, não voltou a estudar. Esta percentagem é bastante diversificada por curso, sendo os diplomados do curso de Jornalismo aqueles que mais optam por voltar a estudar, ao contrário dos licenciados em AM. Daqueles que voltaram a estudar, cerca de 18 % continuaram na ESCS, em mestrado ou pós-graduação. Quase 60% procuram outras instituições de ensino superior para prosseguir a formação. Há ainda 21% dos diplomados que procuram outro tipo de formação, como especializações na sua área de formação ou outros cursos profissionais.

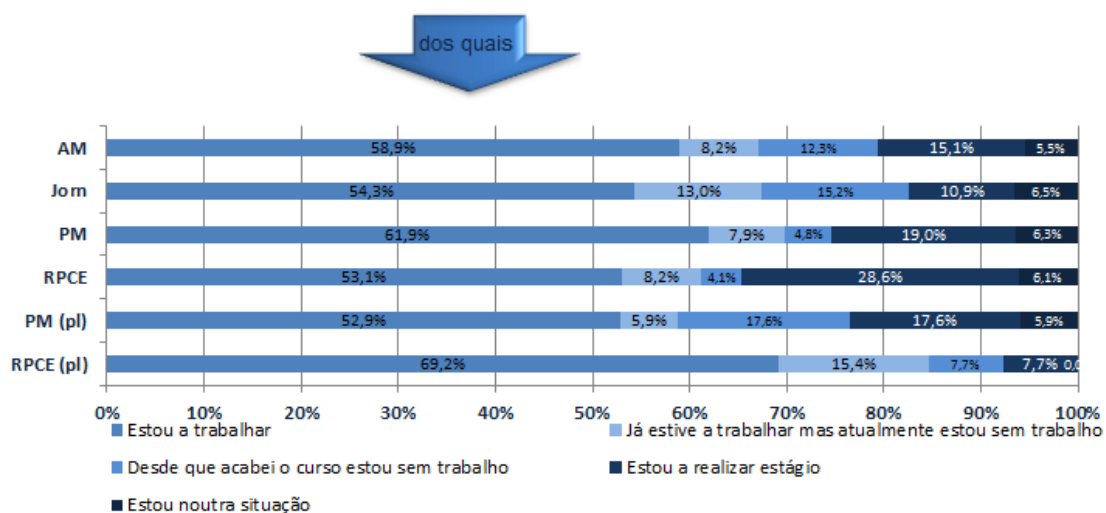




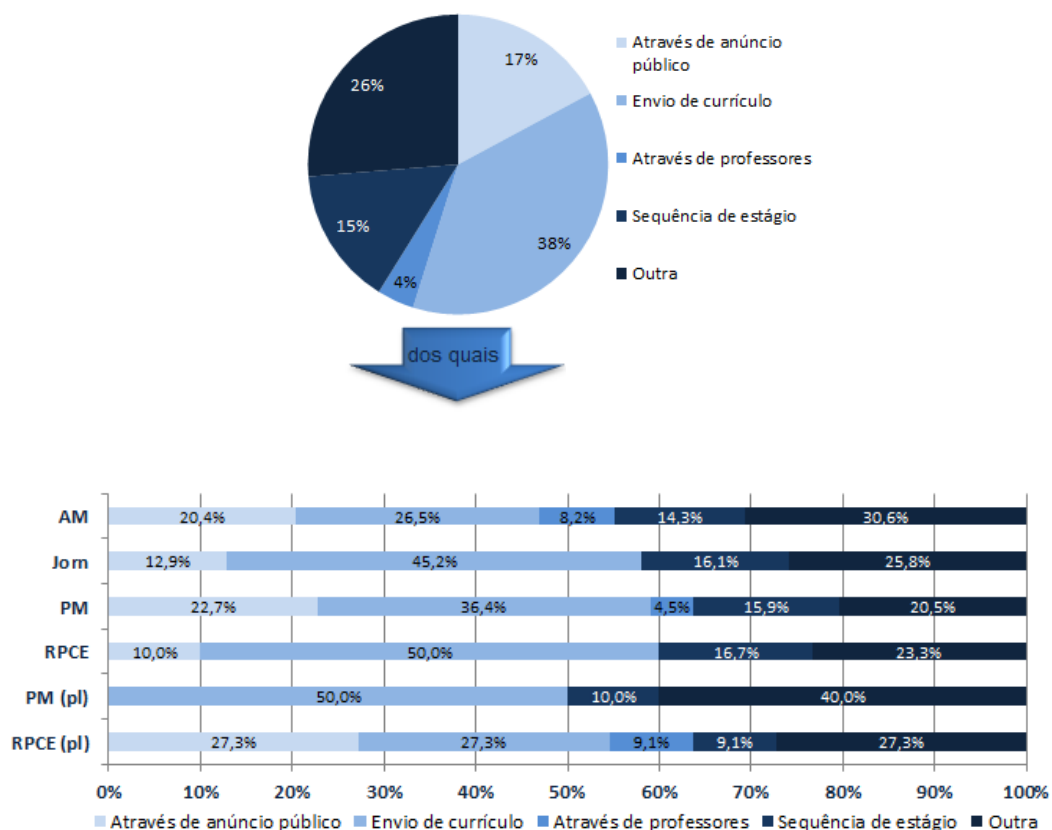
Situação profissional

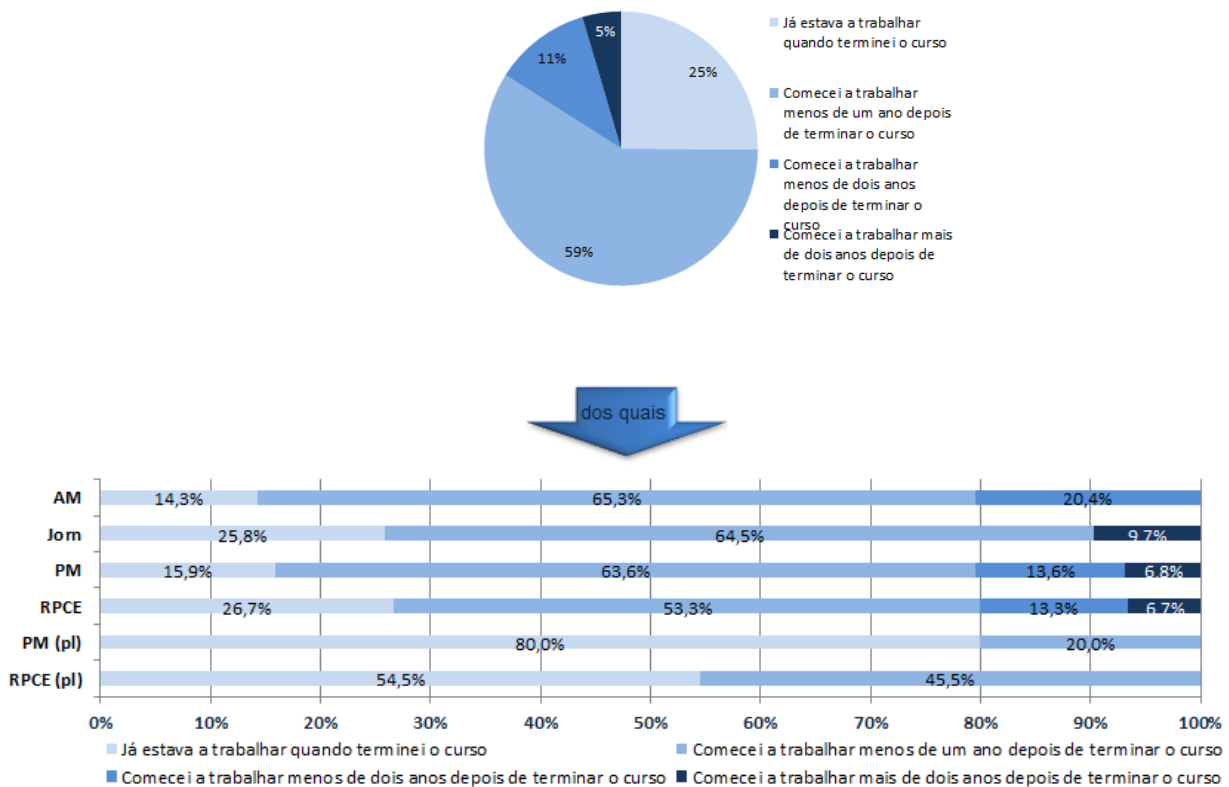
58% dos licenciados que responderam ao questionário estão a trabalhar e 18% estão a realizar estágio. Dos 46 licenciados que estão a fazer estágio, 35 foi através de contacto não ligado à ESCS.



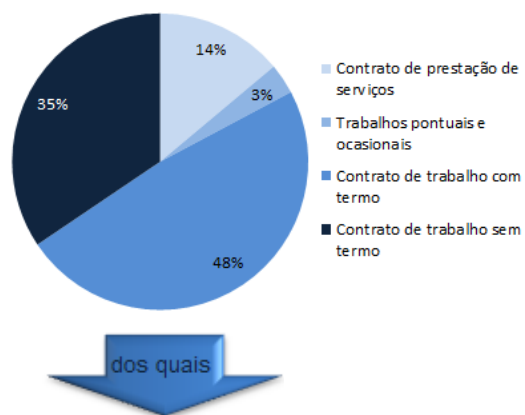


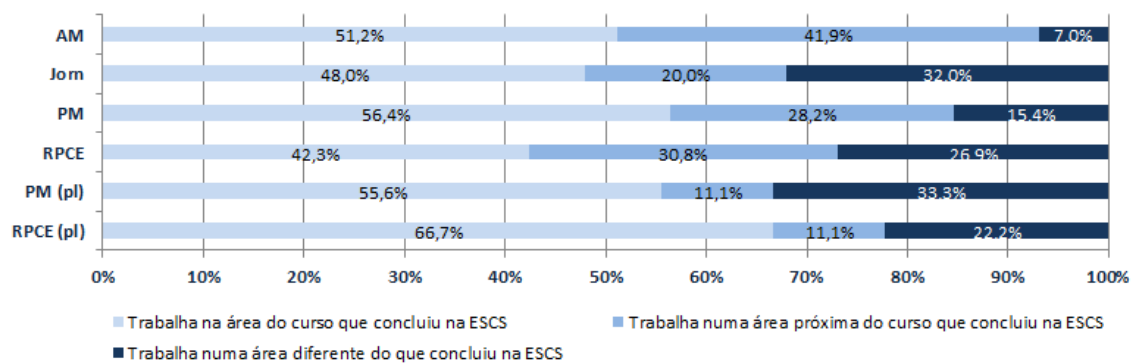
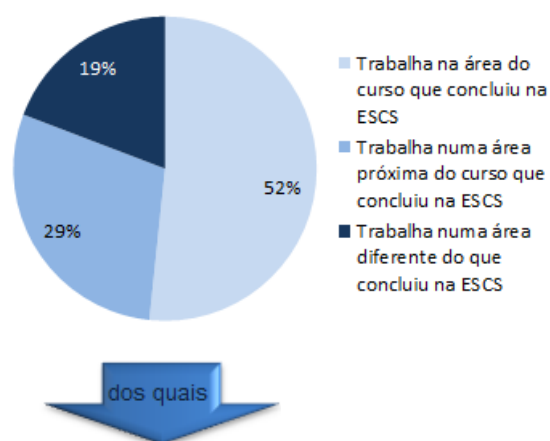
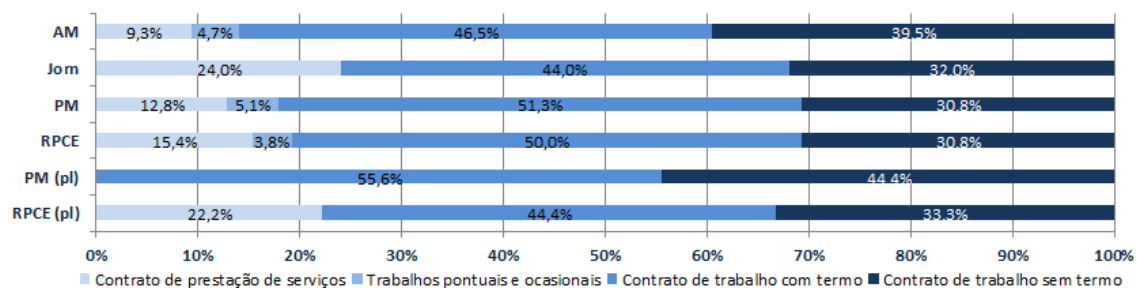
A maior parte dos licenciados que se encontra a trabalhar conseguiu-o através do envio do curriculum, por concurso público ou através de outras situações não especificadas. Grande parte começou a trabalhar menos de um ano após terminar a licenciatura e 25% já trabalhavam enquanto estudavam. Relativamente ao tipo de contrato de trabalho, 35% estão a contrato sem termo, 48% com contrato a termo certo e ainda 14% como prestadores de serviços. A grande maioria dos licenciados trabalha na área do curso que frequentou na ESCS ou em área próxima.





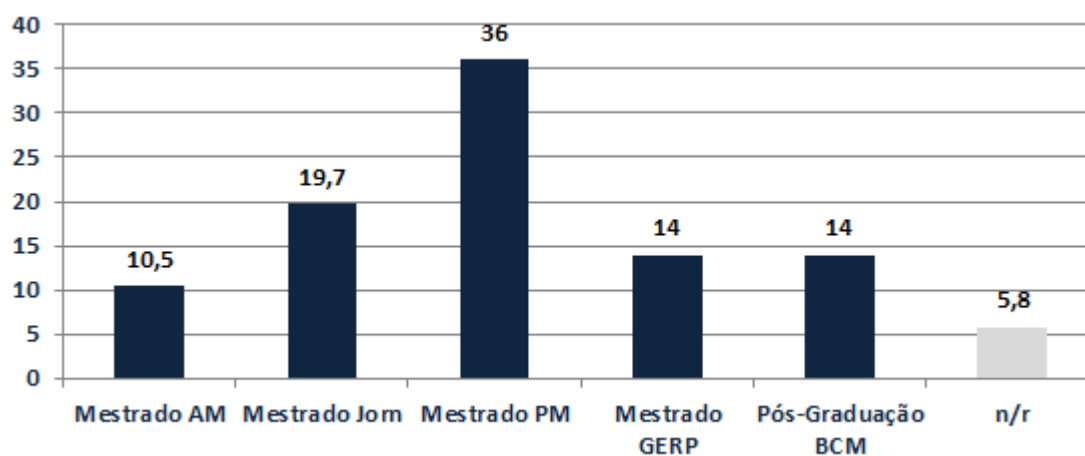
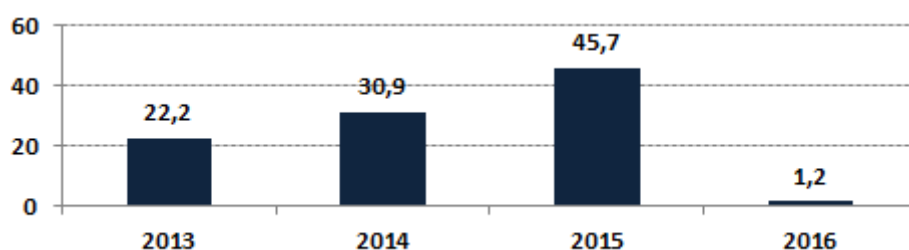
Contrato de trabalho





DIPLOMADOS MESTRADOS E PÓS-GRADUAÇÕES

Participaram no inquérito 86/190 diplomados dos mestrados e pós-graduações da ESCS (taxa de resposta de 45.2 %), que terminaram o curso entre 2013 e 2016. Os primeiros diplomados da pós-graduação em BCM terminaram o curso em 2015, daí o grande acréscimo de 2014 para 2015.



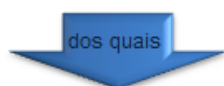
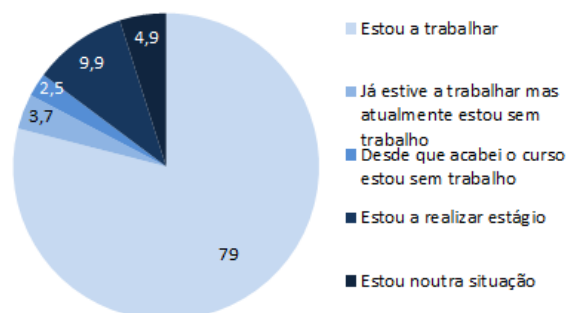
DEPOIS DE CONCLUIR O CURSO NA ESCS VOLTOU A ESTUDAR (%)

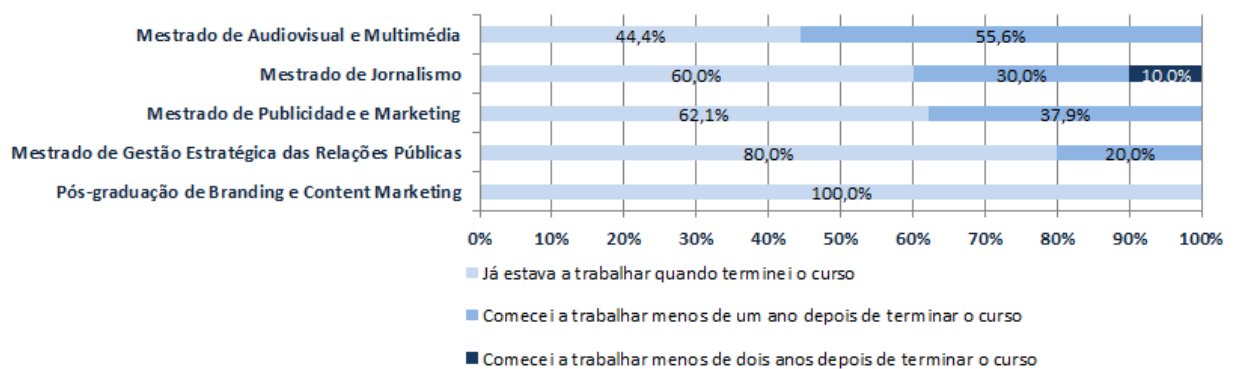
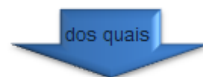
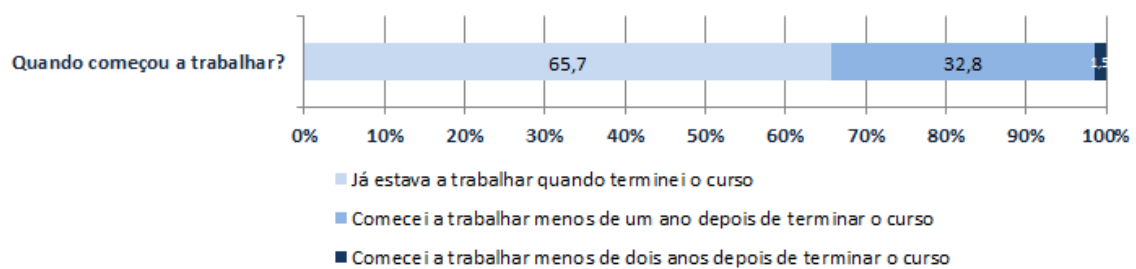
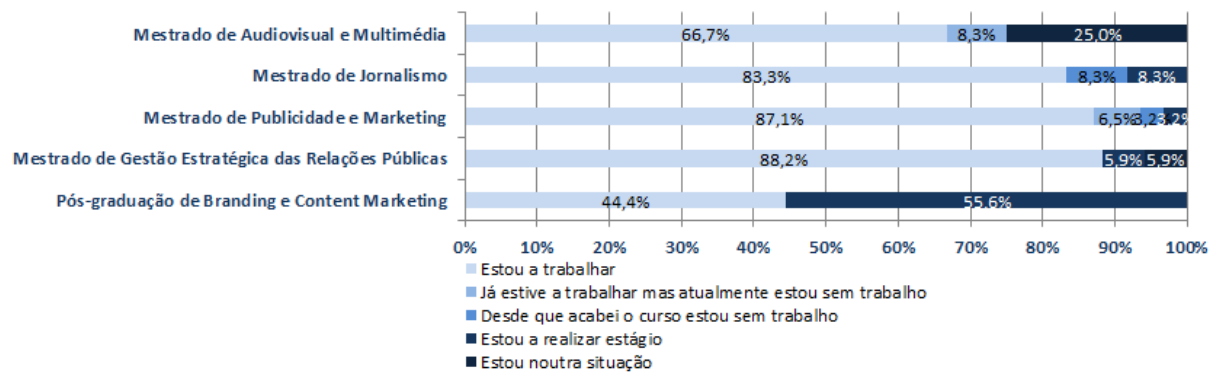
A grande maioria dos alunos não volta a estudar depois de concluir a sua formação de mestrado ou pós-graduação.

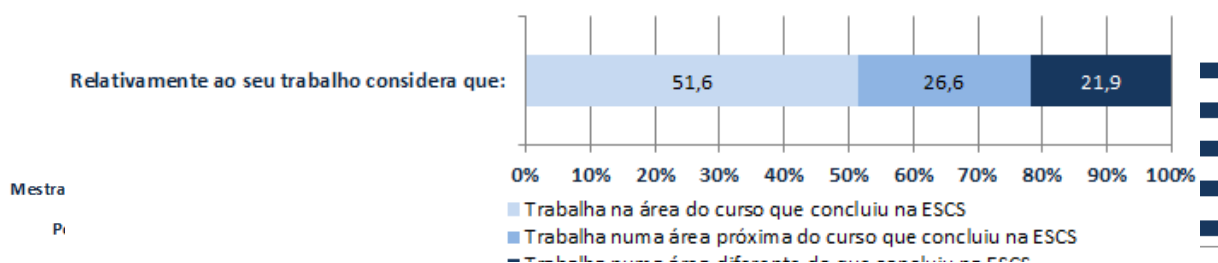
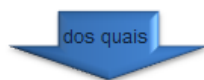
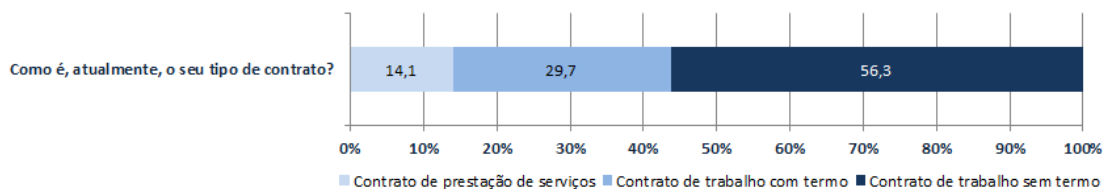
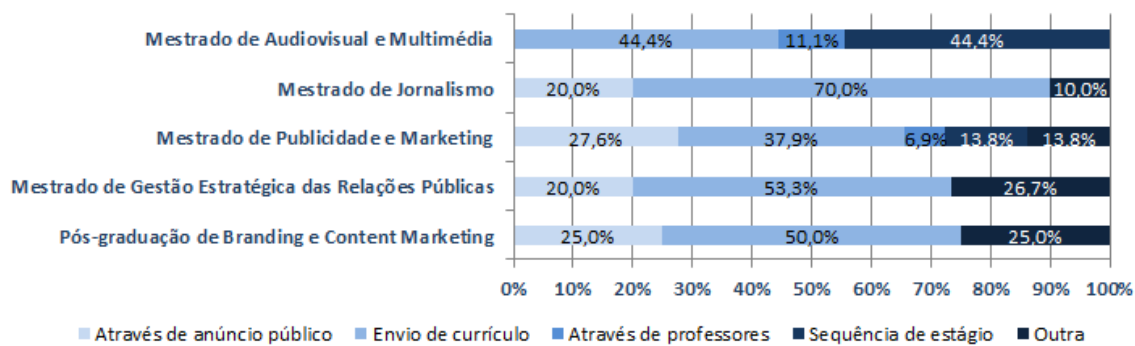
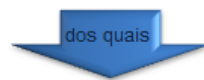
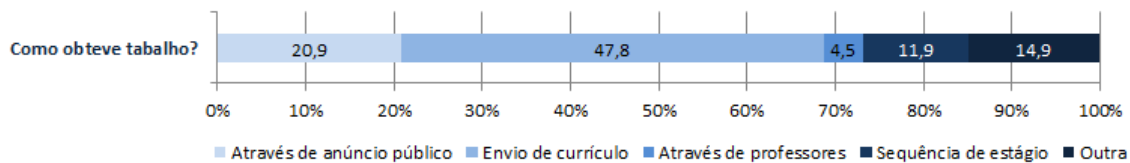


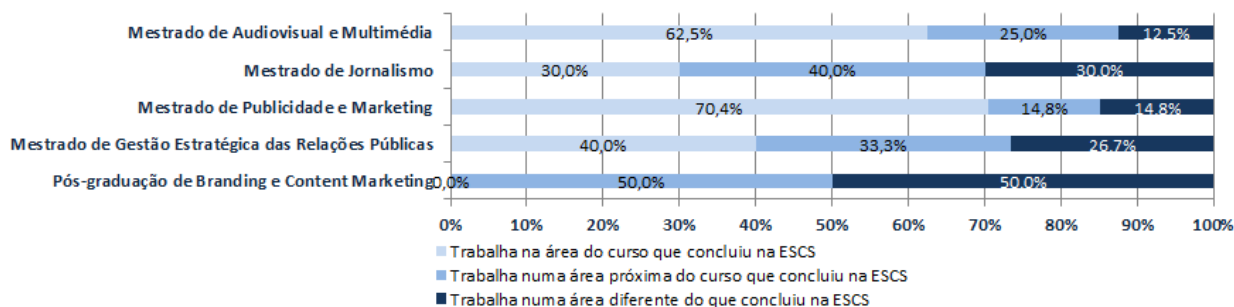
Situação profissional

79% dos diplomados estão a trabalhar e 10% estão a realizar estágio. Salienta-se a diferença dos pós-graduados em BCM, em que mais de metade está a realizar estágio. A quase totalidade dos inquiridos já estava a trabalhar enquanto frequentava o curso ou arranjou emprego em menos de um ano após terminar o curso. Quase metade arranjou trabalho através do envio de curriculum. Relativamente ao tipo de contrato, a maior percentagem tem contrato sem termo, seguido dos profissionais com contrato com termo. Só 22% consideram que trabalham numa área diferente da sua formação.



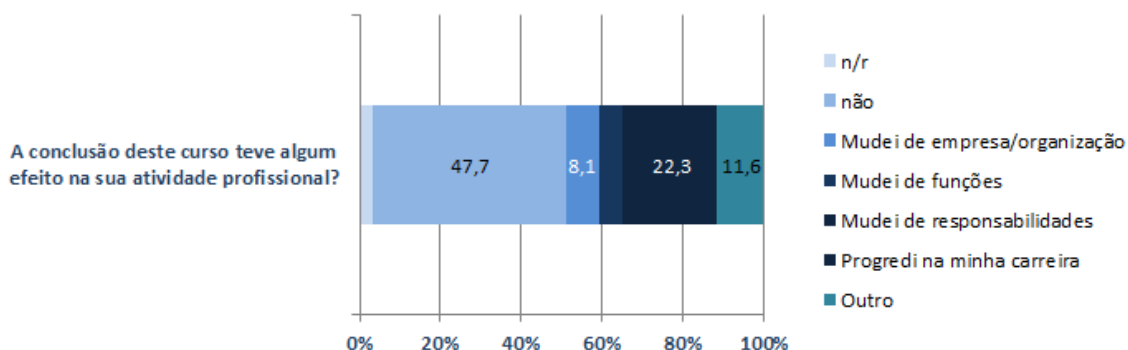






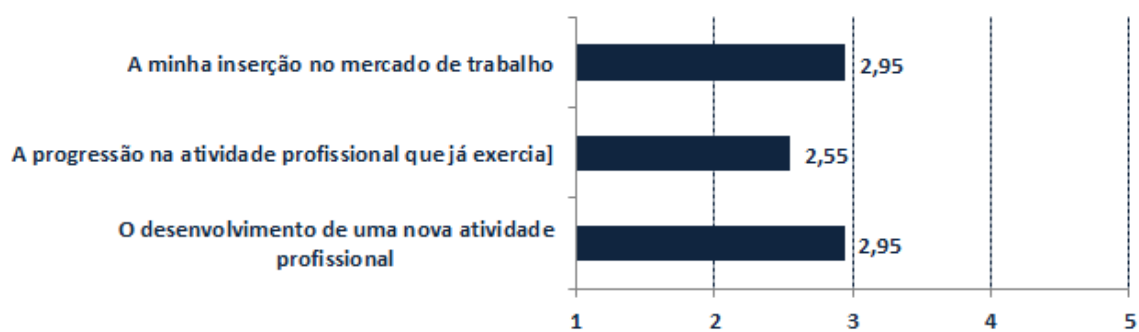
Importância da formação na ESCS para a atividade profissional

Quase metade dos inquiridos considera que a sua formação não teve qualquer efeito na sua atividade profissional, ainda assim, a outra metade considera que teve algum efeito na alteração da sua profissão. A alteração de responsabilidades foi a mais apontada.



Numa escala de 5 pontos, em termos globais, a avaliação que os diplomados fazem da contribuição do curso para o seu progresso profissional é abaixo de 3. Havendo pequenas variações entre os cursos.

Contribuição do curso para:



	AM	GERP	Jornalismo	PM	BCM
A minha inserção no mercado de trabalho	3,27	2,76	2,45	3,10	3,00
A progressão na atividade profissional que já exercia	2,50	2,73	1,60	2,96	1,83
O desenvolvimento de uma nova atividade profissional	3,17	2,27	2,55	3,19	3,56